



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**EXPLORAÇÃO E OPRESSÕES: O QUE AS POLÍTICAS DE
ESTERILIZAÇÃO FORÇADA NOS ESTADOS UNIDOS PODEM
NOS DIZER A RESPEITO DAS FUNÇÕES DA CATEGORIA
GÊNERO PARA O SISTEMA CAPITALISTA ESTADUNIDENSE.**

Helena Hatje Rocha de Barros

Brasília – DF

Setembro/2025



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**EXPLORAÇÃO E OPRESSÕES: O QUE AS POLÍTICAS DE
ESTERILIZAÇÃO FORÇADA NOS ESTADOS UNIDOS PODEM
NOS DIZER A RESPEITO DAS FUNÇÕES DA CATEGORIA
GÊNERO PARA O SISTEMA CAPITALISTA ESTADUNIDENSE.**

Helena Hatje Rocha de Barros

Monografia apresentada ao Curso
de Ciência Política, do Instituto
de Ciência Política, Universidade
de Brasília, como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política sob
a orientação do professor
Vladimir Ferrari Puzone.

Brasília – DF

AGRADECIMENTOS

Após tantos meses de ciclos intermináveis de ideias -> leitura -> frustração -> escrita -> ideias..., aqui está o meu trabalho de conclusão de curso! Gostaria de deixar aqui alguns agradecimentos a quem foi importante para a minha trajetória até aqui.

Primeiro, gostaria de agradecer a Universidade de Brasília, que como instituição de Ensino Superior pública me acolheu, me desafiou e me possibilitou imaginar um futuro em que a universidade seja um espaço verdadeiramente popular, acolhedor e acessível. Um agradecimento especial ao meu orientador Vladimir Ferrari Puzone, que me incentivou a pesquisar o que realmente me interessa.

Também gostaria de agradecer meus amigos do curso de Ciência Política, em especial a Ana F., João Pedro, Bia, Fatinha, Isra, Anastácia, Dani e Júlia, que fizeram a vinda até Brasília e a adaptação a essa cidade muito mais fácil. Agradeço especialmente a Bia e JP, com quem compartilhei posições políticas e desesperos via o nosso grupo de whatsapp para conversar sobre os nossos TCCs.

Em terceiro queria agradecer os meus pais, por terem me apoiado na minha mudança de Salvador até Brasília, apoiarem o meu sonho em me tornar uma pesquisadora de “humanas” (hehehe) e sempre me incentivarem a estar em situações intelectualmente estimulantes e desafiadoras.

Um agradecimento que não poderia faltar é aquele destinado aos meus camaradas do MUP (Movimento pela Universidade Popular), da UJC (União da Juventude Comunista) e do PCB (Partido Comunista Brasileiro); vocês me ensinaram que não existe teoria comunista sem prática! Obrigado pelas formações em banquinhas do MUP durante as tardes na UnB, por conversas descontraídas sobre teoria política em nossas casas e em bares, pelos abraços afetuosos e pela força em continuar na luta sempre! É, em grande parte, graças às nossas trocas que o debate teórico, ainda incipiente, deste trabalho se consolidou.

Por último queria agradecer à Gatinha (tecladora de plantão e acompanhante das noites de insônia) e ao meu grande parceiro, Lucca Grossi, sempre disposto a corrigir os meus textos, ler cada vírgula do meu lado, adentrar em discussões intermináveis e angustiantes sobre feminismo marxista antes do café da manhã e me acolher nos momentos de pânico completo. Sem você, finalizar esse TCC teria sido uma missão muito mais difícil.

O controle populacional é necessário para manter a operação normal dos interesses comerciais dos Estados Unidos ao redor do mundo.

- Dr. R.T. Ravenholt, diretor da USAID (US Agency for International Development) em entrevista com jornalista do periódico St. Louis Post-Dispatch em 1977.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar os entrelaçamentos teóricos entre opressões e exploração capitalista a partir das estratégias estabelecidas pelo Estado capitalista estadunidense, no recorte temporal de 1930-1970. Para tal investigação, são levantado três estudos de caso relacionados às esterilizações forçadas de populações minoritárias nos Estados Unidos e em Porto Rico.

Palavras-chave: Estado capitalista; Teoria da Reprodução Social; esterilização forçada; gênero; capitalismo.

ABSTRACT

This undergraduate thesis seeks to investigate the theoretical interconnections between various forms of oppressions and capitalist exploitation based on the strategies established by the American capitalist state, in the time frame of 1930-1970. For this investigation, three case studies related to the forced sterilization of minority populations in the Unites States and Puerto Rico are discussed.

Keywords: Capitalist state; Theory of Social Reproduction; forced sterilization; gender; capitalism.

SUMÁRIO

Introdução	7
1.1 Estado e capitalismo	10
1.2 O Estado de Bem-estar Social estadunidense.....	12
1.3 A dominação política.....	16
1.4 Situando a mulher nas mudanças relacionadas ao mundo do trabalho na conjuntura do “Welfare State” nos Estados Unidos	21
2) O debate teórico marxista sobre as relações entre a exploração capitalista e outras formas de opressão: a Teoria da Reprodução Social (TRS).....	27
2.1 A categoria de reprodução social.....	27
2.2 A Teoria da Reprodução Social.....	29
3) Estados Unidos e controle sexual: a esterilização forçada de portorriquenhas, mulheres indígenas estadunidenses e imigrantes latino-americanas a partir de programas estatais nos Estados Unidos.	33
3.1 Teste da Pílula Anticoncepcional e as esterilizações em massa em Porto Rico.....	35
3.2 A esterilização forçada de mulheres indígenas nos Estados Unidos	41
3.3 A esterilização forçada de mulheres latinas nos Estados Unidos	44
Conclusão	48
REFERÊNCIAS	51

Introdução

As opressões ligadas a gênero, há muito tempo, representam um desafio teórico para aqueles que depositam seus esforços no marxismo como caminho para a compreensão e combate das violências atreladas ao sistema de produção capitalista. Pensar nos atravessamentos das categorias classe e gênero é uma missão a que muitas feministas marxistas se dedicaram, especialmente a partir dos anos 1960. As pistas que hoje temos, relacionadas a essas investigações, indicam a possibilidade de uma teoria unitária, que julgue a reprodução social como parte integrante do processo de “reprodução das condições de produção” (VOGEL, 2013, p. 144) do sistema capitalista.

O presente trabalho busca contribuir para o extenso debate ligado às categorias de classe e gênero a partir do estudo de três casos ligados a esterilizações forçadas e experimentos farmacológicos realizados pelos Estados Unidos em relação a mulheres indígenas, porto-riquenhas e latino-americanas. Para estudar tais relações partirei de um recorte temporal fixo entre os anos 1930 e 1970 e um recorte regional fixo do território estadunidense (com exceção de Porto Rico, cuja situação é complexa em termos territoriais).

A análise será feita a partir das concepções de Estado de Claus Offe e das concepções anti-economicistas de Antonio Gramsci. Essa base teórica será importante para que, respectivamente: i) o estado estadunidense seja observado enquanto estado capitalista, com um papel importantíssimo na reprodução do capitalismo e, portanto, hipoteticamente, um interesse no controle da reprodução geracional de determinadas comunidades dentro dos Estados Unidos; e, ii) os debates relacionados à superestrutura não sejam nem menos importantes, nem desatrelados das questões relativas à economia.

No campo do feminismo marxista, principalmente dentro da teoria da reprodução social, algumas autoras serão essenciais para estabelecer o embasamento teórico desta pesquisa. Vale a menção a Lise Vogel, que será essencial pelo seu trabalho de compilação de teoria feminista marxista e desdobramento da teoria da reprodução social sempre atrelada à literatura marxiana; a Melinda Cooper, que tem um trabalho extenso relacionado as mudanças provocadas pelo estado de bem-estar social referentes à redistribuição de renda e reorganização das relações estado-famílias de classe trabalhadora; e, por fim, Angela Davis, cujas investigações pioneiras referentes ao entrelaçamento das categorias gênero, raça e classe serão fundamentais para a discussão dos estudos de caso de maneira conectada à realidade material.

A categoria de “dominação política” será essencial para a compreensão da conjuntura delimitada por este trabalho. Discutirei como, entre os anos 1930 e 1970, o estado estadunidense passa a utilizar de categorias como ideologia, moralidade e sexualidade de maneira intencional e sistemática para a dominação de classe. O estado de bem-estar social estadunidense, a partir de uma maior intervenção na vida das famílias da classe trabalhadoras, evidencia como é importante, para o domínio capitalista, a cooptação de categorias da superestrutura para a dominação, ainda que de maneira indireta. A classe trabalhadora não era alheia a essas mudanças, e ainda nos anos de 1930 já percebia como a assistência social e os serviços ligados à reprodução social seriam um ponto essencial de tensionamento da luta de classes:

(...) a década de 1930 marcou uma transformação significativa nas atitudes da classe trabalhadora em relação ao Estado. Muitos trabalhadores começaram a acreditar que o governo federal tinha a responsabilidade de fornecer o auxílio que até então estava na alçada dos filantropos, capitalistas do bem-estar social ou governos locais. (MOHANDESI, TEITELMAN; BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 95)

O recorte temporal delimitado na presente pesquisa foi indicado pelos estudos de caso: entre 1930 e 1970, estima-se que 40.000 mulheres tenham sido esterilizadas em território estadunidense (LAWRENCE, 2014). Através da investigação deles foi possível identificar que o período do estado de bem-estar social estadunidense foi importantíssimo para pensar as relações de controle reprodutivo, além de ter sido um momento em que as contradições entre gênero e classe se colocaram de maneira mais evidente nas relações de trabalho. Os programas de assistência social advindos desse período foram fundamentais para as mudanças que ocorreram em relação à participação das mulheres no trabalho fora do ambiente doméstico.

Os casos selecionados para essa pesquisa foram os seguintes: i) a esterilização forçada e os testes da Pílula em mulheres portorriquenhas; ii) a esterilização forçada de mulheres indígenas em território estadunidense; iii) a esterilização forçada de mulheres latino-americanas em instituições de controle migratório. Apesar da esterilização forçada ser considerada uma forma de tortura pelos Estados Unidos, esses casos evidenciam que esse procedimento tem sido usado como mecanismo de controle populacional de comunidades indesejadas a muitas décadas dentro do território estadunidense.

Assim, espero que os casos estudados no presente trabalho, aliados à discussão teórica desenvolvida, possam ser interessantes para os debates propostos na atualidade para discutir os entrelaçamentos entre as categorias de, principalmente, gênero e classe, dentro do sistema de exploração capitalista estadunidense. Esta pesquisa busca, portanto, ser mais uma contribuição para pensar uma teoria comunista mais completa e adaptada às inúmeras mudanças conjunturais

ocorridas desde quando as ideias anticapitalistas de Marx e Engels foram desenvolvidas, em um esforço de não apenas “acrescentar alguns capítulos sobre as mulheres” em uma história do capitalismo, mas colaborar para a construção de uma “história do capitalismo completamente revisada, mais inclusiva e diferenciada.” (MOHANDESI, TEITELMAN; BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 72).

1) Mudanças no Estado capitalista estadunidense a partir dos anos 1930: uma análise teórica a partir dos “aparelhos privados” de Gramsci e do “Estado ampliado” de Offe.

1.1 Estado e capitalismo

A discussão teórica e dentro do campo da esquerda em relação às múltiplas conexões entre Estado e capitalismo a partir da práxis política e histórica é vasta. Escolas e teóricos apontam caminhos variados para classificar e refletir sobre essas conexões, seja em termos de dependência, de subserviência ou de incompatibilidade.

Para desenvolver as hipóteses que foram delineadas ao longo do tempo a respeito dessa relação é importante partir de um pressuposto: o processo de reprodução do capitalismo é historicamente vinculado ao processo de desenvolvimento e consolidação do Estado. Isso pois

O Estado nem está a serviço nem é instrumento de uma classe contra a outra. Sua estrutura e atividades consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista. (OFFE, 1984, p. 123).

Dado que a materialidade sobre a qual esse estudo se dedica é mais ampla que a perspectiva econômica, esse pressuposto inicial será indispensável para que as reflexões do trabalho estejam atreladas a um “chão” metodológico concreto.

Isso não significa, no entanto, que o Estado capitalista tenha por detrás de todas as suas normas e instituições o fim último da valorização do capital de maneira direta. Mas sim que, comumente (aliado ou não ao capital individual/privado), o Estado capitalista promove mecanismos que viabilizam a reprodução do capital, ainda que também necessite trabalhar pela manutenção da sua legitimidade. Isso é importante sob um ponto de vista teórico, pois, ao contrário das teorias de influência ou instrumentalização do Estado, esta confere ao Estado um poder e interesse de formulações classistas de políticas públicas e aparelhos institucionais muito relevantes.

A partir desse princípio, se poderia perguntar o porquê da necessidade das iniciativas privadas para a reprodução do capitalismo, já que o próprio Estado cumpriria essa função. Essa pergunta, no entanto, ignora o fato de que, pelas próprias contradições do capital, as iniciativas privadas são carentes de uma consciência de classe real. Na prática, o Estado gere o desenvolvimento capitalista, mediando crises e prolongando a vida útil de um sistema fadado ao fracasso. As iniciativas privadas e o Estado cumprem papéis distintos e complementares na

reprodução do capitalismo, e a balança entre esses dois elementos varia de acordo com a conjuntura histórica, dependendo de crises ou superávits econômicos, taxas de imigração, taxas de natalidade etc. Assim, o Estado capitalista se compromete com um duplo desafio, inerentemente contraditório:

Essas tentativas de estabilizar a própria forma-mercadoria, e de generalizá-la com auxílio de métodos de direcionamento político-administrativo, conduzem a uma série de contradições estruturais em sociedades de capitalismo de Estado, que podem se transformar num foco de conflitos sociais e lutas políticas. Essas contradições podem ser encontradas nos níveis econômico, político e ideológico. (OFFE, 1984, p. 132)

O Estado é necessário, então, pela sua natureza: “(...) a sua forma de organização burocrática, sua neutralidade formal e seu acervo de informações (especialmente na área das ciências sociais) (...)” (OFFE, 1984, p. 149), que o permite articular interesses de classe e conduzir a classe capitalista em momentos em que a sua “falsa consciência” se apresenta.

Assim, a temporalidade da ação do Estado, por suas características organizativas e burocráticas, é necessariamente mais ampla do que a da iniciativa privada. E é dessa forma que “(...) a dominação política em sociedades industriais capitalistas é o método da dominação de classes que não se revela como tal.” (OFFE, 1984, p. 162). O aparelho estatal serve como um agente muitas vezes invisível e simultaneamente ativo em relação à prática do seu caráter capitalista: o Estado só é capaz de funcionar em benefício de uma classe se consegue esconder isso mediante políticas públicas aparentemente universais. Essa aparência universal é essencial, inclusive, para a manutenção do Estado como entidade politicamente legítima de exercer poder na sociedade.

Destrinchar esse Estado, desgarrado de máscaras teóricas de um Estado “neutro” e “instrumentalizável” (como colocam Ralph Milliband e Nicos Poulantzas, por exemplo), é essencial para esboçar uma compreensão completa dos fenômenos capitalistas contemporâneos e para traçar possibilidades de um futuro revolucionário. É nesse sentido que é importante compreender as mudanças que ocorreram nos Estados Unidos a partir dos anos 1930, com o “Social Security Act¹” e advento do “Welfare State” (Estado de bem-estar social), sendo elas essenciais para pensar a ampliação de um Estado capitalista a partir das estratégias ligadas a dominação política.

¹ O “Social Security Act” foi um pacote legislativo promulgado nos Estados Unidos em 1935, que buscava prover medidas de assistência social ligadas a benefícios para pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, crianças etc. Esse “Act” é considerado um dos primeiros marcos do “Welfare State” nos Estados Unidos.

1.2 O Estado de Bem-estar Social estadunidense

A categorização do período entre 1930 e 1960 do Estado estadunidense como Estado de Bem-Estar Social não é uma questão pacificada na academia. Muitos argumentam que os Estados Unidos teriam uma forma de Estado muito mais liberal do que os Estados de Bem-estar social europeus, que teriam aspectos mais gerais e universalizantes de seguro social, com mecanismos consolidados e perenes de negociação social com a classe trabalhadora, de universalização dos trabalhos relativos à reprodução social etc. De acordo com essa perspectiva, o presente trabalho assume, na mesma linha de teóricos como Michael B. Katz e Michel Aglietta, que os Estados Unidos tiveram, sim, uma forma de Estado de Bem-estar social, ainda que diferenciável dos estados de Bem-estar Social europeus; e que essas diferenças não comprometem a pertinência da categoria de Estado de Bem-Estar Social para descrever a experiência estadunidense entre os anos 1930 e 1960.

Para compreender o advento do Estado de Bem-estar Social estadunidense é necessário entender a conjuntura dos Estados Unidos em meio à crise de 1929. Entre 1929 e 1933, os anos que marcaram o início da Grande Depressão, os números oficiais de desemprego nos Estados Unidos subiram de 3,2 para 24,9% (KATZ, 1986); ou seja, o capitalismo estadunidense mostrou-se incapaz, aliado ao Estado estadunidense em seu modelo antigo, de gerir as mudanças que ocorriam na economia, de maneira a suportar a população com estabilidade.

As mudanças ocorridas com o advento do taylorismo e fordismo na virada do século XIX para o século XX, teriam, também, um efeito considerável nessa crise. O advento desses dois modelos de produção capitalistas acarretou numa mudança grande em relação ao que significava a gestão do trabalho e do trabalhador estadunidenses, já que tenderam, não apenas a acelerar o processo do ciclo mecânico de produção, mas “preencher lacunas na jornada de trabalho” (p. 57, AGLIETTA, 2015). A docilização dos trabalhadores enquanto estratégia de otimização de lucro atinge, portanto, o seu primeiro grande ápice na história do capitalismo estadunidense, com esses novos modos de produção criando “(...) um vasto reservatório de força de trabalho homogênea e móvel, tanto restrita quanto resignada à disciplina laboral.” (AGLIETTA, 2015, p. 58).

Os salários deixavam de ser uma remuneração simples ao indivíduo trabalhador, mas uma parte integrante e complementar do processo necessário para a sobrevivência das pessoas. O salário compunha, a partir dos anos 1930, com outras partes integrantes essenciais desse mecanismo de produção capitalista e reprodução da classe trabalhadora, como os benefícios

sociais e políticas de assistência social que surgiram com potência inovadora no New Deal. Essas políticas contavam também, com uma perspectiva de controle em relação às práticas de consumo e vidas privadas da classe trabalhadora. O início de uma vida para o trabalhador estadunidense, que fosse completamente controlada pelo Estado começa aí:

Era importante que o processo de consumo individual fosse organizado e estável, mantendo-se compatível com as relações aparentemente individuais e livres de troca de mercadorias. Isso foi alcançado pela generalização, na classe trabalhadora, da estrutura social que era a condição para a sua integração cultural na nação, ou seja, a pequena unidade familiar e o agregado familiar. (AGLIETTA, 2015, p. 78).

Para além disso, a gestão de Roosevelt marcou a consolidação da virada pela centralização dos serviços do Estado. A formação de uma nação coesa e unida, guiada não apenas pelos mesmos princípios, mas também passível de acesso aos meus direitos e regras era um interesse dessa gestão a partir de 1930. Isso pois percebia-se uma difusão administrativa confusa e irregular, com pouco controle centralizado sobre as políticas de assistência e ligadas ao trabalho, ainda muito restritas a governos locais com pouco financiamento e suporte.

A crise de 1929, de muitas maneiras, empurrou a aceleração desses processos no Governo Roosevelt. Esse evento escancarou as dificuldades enfrentadas pelos governos locais para lidar com a massa de trabalhadores instável, da qual o capitalismo inevitavelmente depende para o seu funcionamento. Ainda que o desemprego e a pobreza não fossem problemas novos para os Estados Unidos, o desemprego massivo acarretado pela crise de 1929 quebrou “(...) esses estereótipos fáceis, e as pessoas em todos os lugares falavam do ‘novo’ desemprego: uma massa de homens de família respeitáveis e trabalhadores, incapazes de encontrar trabalho.” (KATZ, 1986, p. 211).

Diante desse colapso, a primeira iniciativa de Roosevelt foi a criação da Associação Temporária de Assistência de Emergência (cuja sigla, em inglês, é TERA). Essa foi a primeira iniciativa federal de controle e assistência para a classe trabalhadora estadunidense em um escopo realmente nacional (KATZ, 1986). O advento do TERA, no entanto, não foi facilmente aceito nos Estados Unidos. Principalmente pelos estados do Sul, que sempre priorizaram a independência dos estados do Norte, majoritariamente por discordâncias em relação às pautas raciais. Em 1933 o TERA é ampliado a partir da Administração Federal de Assistência de Emergência (cuja sigla, em inglês, é FERA). A FERA consolidou o desejo de nacionalização e centralização da assistência social e do controle do trabalhador pelo governo Roosevelt: “A FERA reformulou, assim, a prática do trabalho social, aumentando o papel das agências

públicas e aprimorando a divisão de responsabilidades entre elas e o setor privado.” (KATZ, 1986, p. 222).

A dependência do capital em relação ao Estado estadunidense é escancarada, portanto, principalmente a partir dos anos 1930 com o advento do Estado de bem-estar social. A dominação política aparece, nesse contexto, como ferramenta de legitimação da contradição de classes e da exploração capitalista:

O caráter peculiar da social-democracia se resumia aos seguintes termos: reivindicavam-se instituições republicanas democráticas, não como meio de suprimir dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas como meio de atenuar a sua contradição e transformá-la em harmonia. (MARX, 2011, p. 63)

O New Deal também teve iniciativas para empregar a população jovem estadunidense, principalmente através do CCC (Civilian Conservation Corps – Corpo Civil de Conservação) e do NYA (National Youth Administration – Administração Nacional da Juventude) um braço do WPA (Works Projects Administration – Administração de Projetos de Obras), que patrocinaram a entrada de jovens em idade do ensino médio para trabalhos de meio período e empregaram jovens com ensino completo em campos de trabalho rurais etc. Para participar desses programas, os jovens teriam de vir de famílias que beneficiárias de programas de assistência social do New Deal (KATZ, 1986), o que reitera a visão de uma família trabalhadora coesa e controlada pelo Estado.

Esses, entre alguns outros programas (como o CWA – Civil Works Administration, ou Administração de Obras Civas) empregaram uma quantidade enorme de cidadãos estadunidenses em um período muito curto. Um importante diferencial entre os Estados de Bem-Estar Social estadunidense e os Estados de Bem-Estar Social europeus se traça aí: os programas estabelecidos pelos Estados Unidos foram bastante radicais, mas muito bruscos, tinham caráter emergencial, e não deveriam tornar-se elementos constituintes do Estado capitalista estadunidense. Não foram desenvolvidos para durarem de maneira sustentável.

A instauração desses programas foi uma questão muito polêmica. Mesmo dentro do Governo Roosevelt, foi se estabelecendo um temor ideológico e material (visto que preocupado com a lucratividade do capitalismo estadunidense): “Em janeiro de 1934, Franklin D. Roosevelt alertou o Conselho Nacional de Emergência que o CWA ‘se tornaria um hábito no país. Queremos nos livrar do CWA o mais rápido possível.” (KATZ, 1986, p. 226). Essas ideias refletiam preocupações relativas ao efeito desses auxílios no “espírito estadunidense” e na

“fibra nacional”. Havia um medo de criar uma população preguiçosa, dependente do auxílio do Estado e confortável em situações de trabalhos mal remunerados com ajuda estatal.

Assim, a partir de 1935 há o início de uma regressão nessas políticas. Uma regressão, também, muito brusca e desorganizada. Os programas estatais passaram a exigir uma interação mais direta entre os assistentes sociais do Governo e as famílias assistidas, que deveriam passar por investigações profundas, além de sofrerem cortes substanciais (de mais de 50%, em muitos casos) (KATZ, 1986). O intuito era desestabilizar a vida dos trabalhadores inseridos nos programas de assistência, precarizando-os, e forçando-os a recorrerem a empregos no ramo privado. Mas os efeitos da crise de 1929 impossibilitavam a absorção dessa massa, de milhões de pessoas, em setores privados.

Assim, a desorganização foi um marco notável dos processos que ocorriam nos Estados Unidos nesse período. A assistência social nesse país foi se consolidando, depois dessa experiência, como um modelo altamente restritivo e insuficiente que, de maneira conservadora, excluía a maior parte da população necessitada dos benefícios (como será discutido mais a frente). Segundo o modelo que foi sendo desenvolvido,

Os próprios benefícios, sustenta o princípio restante, devem refletir os salários, embora a correspondência não precise ser perfeita, e trabalhadores mal remunerados possam receber uma proporção maior de seus salários como benefícios. Ainda assim, a importância dos incentivos em um sistema de livre iniciativa significa que os benefícios não devem ser iguais. O efeito desses princípios é claro: por definição, a previdência social não redistribui renda. Pelo contrário, reforça a desigualdade.” (KATZ, 1986, p. 236-237)

A partir da década de 1940, o que se estabelece, portanto, é um Estado de Bem-Estar Social específico a realidade e interesses do Estado capitalista estadunidense. O objetivo de Roosevelt era esfriar as contradições entre trabalho e capital sem a necessidade de fazer alterações fundamentais ao Estado capitalista (KATZ, 1986, p. 207). Estabeleceu-se um modelo onde

A assistência foi financiada pelos orçamentos das autoridades públicas e administrada por um aparato especial; era altamente seletiva e incerta do ponto de vista dos recorrentes. O direito à assistência sempre esteve em risco, tanto em escopo quanto no grau da sua cobertura, já que o sistema de assistência estava diretamente nas mãos de órgãos políticos burgueses.” (AGLIETTA, 2015, p. 88)

Para alguns autores (O’CONNOR, J., 1973; POLANY, K., 2021; HARVEY, D., 2008), as tendências contraditórias do capitalismo monopolista estadunidense, em relação ao Estado de bem-estar social, aparecem de maneira muito mais forte nesse recorte temporal (1940-1960):

Deve-se ressaltar que os bens excedentes são consumidos do mercado pela população excedente com poder de compra provido pelo sistema de bem-estar social. De maneira similar, parte da população excedente é empregada pelo Estado nas forças militares e nas agências de bem-estar social estabelecidas para controlar o restante da população excedente. Ou seja, o capitalismo monopolista é, em parte, um sistema autocorretivo. (O'CONNOR, 1973, p. 151)

Com as profundas mudanças tecnológicas do século XX, e a modernização dos processos produtivos, os setores capitalistas (também a pequena burguesia comerciante e ligada à área de serviços, mas principalmente o grande capital monopolista) demandam por trabalhadores cada vez mais especializados, administradores, técnicos etc. Para que essa demanda fosse suprida, foi necessário um aumento escandaloso no investimento em educação, saúde, infraestrutura e assistência social, por isso o New Deal. Apesar dessa demanda originalmente ser dos monopolistas, quem banca essa mudança é a população, através da socialização dos custos da produção desses “bens sociais” pelo Estado (O'CONNOR, 1973), o que corrobora com a ideia de políticas estatais aparentemente universais que servem à classe dominante.

Importante destacar que a teoria do mercado se mostra insuficiente para abarcar a complexidade das mudanças que ocorreram no sistema capitalista nesse período, podendo esclarecer apenas de maneira incipiente os determinantes de salários, preços e lucros (O'CONNOR, 1973) e sendo incapaz de delinear uma teoria a respeito da relação do Estado com as oscilações do sistema capitalista. Afinal,

o capital organiza a produção para o mercado e emprega força de trabalho apenas se houver uma expectativa razoável de lucro. A administração estatal organiza a produção como resultado de uma série de decisões políticas. (O'CONNOR, 1973, p. 64).

Recai sobre os teóricos críticos, portanto, desenvolver uma teoria que pense a relação entre Estado e capitalismo de maneira completa, e, abrace as mudanças superestruturais que ocorreram nesse período não enquanto mudanças pontuais e marginais em relação ao sistema, mas como transformações centrais para pensar o sistema capitalista como um todo.

1.3 A dominação política

Historicamente, como já foi pontuado, o século XX demarcou um momento de consolidação de mudanças fundamentais na política e nos modos de produção capitalista no Ocidente. Foi nesse período que elementos inteiramente novos passaram a constituir o

modus operandi dessa parte do mundo, sendo alguns dos marcos dessa mudança: o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Planos Quinquenais na Rússia, o lançamento do New Deal, a Revolução Nacional-Socialista na Alemanha e o colapso da Liga das Nações em favor de impérios autárquicos (POLANYI, 2021).

As mudanças de estratégia tanto interna como externa proporcionadas pelo fordismo e consolidadas pelo avanço do New Deal, após a Grande Depressão, nos Estados Unidos foram consideráveis e podem ser observadas como uma virada estratégica da dominação capitalista (HARVEY, 2008). Em termos práticos, essa política consistia em uma suavização das medidas de dura intervenção e unilateralismo econômico (pelo menos abertamente) e, ao mesmo tempo, uma guinada rumo às políticas de propaganda ideológica, cultural e sexual (e.g. PRECIADO, 2018). O Estado característico do New Deal mudou consideravelmente a forma de perceber a classe trabalhadora em relação ao desenvolvimento capitalista:

Sob o New Deal, o Estado interveio diretamente na economia, regulamentou empresas capitalistas, desenvolveu novas políticas monetárias e administrou a luta de classes mediante grandes concessões aos trabalhadores. Com essa nova conduta, os trabalhadores deixaram de ser tratados como obstáculo para o lucro e passaram a ser tidos como parceiros necessários na busca por um crescimento permanente. (MOHANDESI, TEITELMAN; BHATTACHARYA, 2019, p. 96)

Essas mudanças atravessam o Estado também no sentido de mudar a maneira como ele opera em relação ao controle da população excedente. Com a maior atenção dada pelo Estado estadunidense para os aspectos superestruturais, os programas de assistência social consistiam, também, em mecanismos de monitoramento e supervisão:

A necessidade de desenvolver e manter uma ordem social ‘responsável’ tem levado a criação de agências e programas desenhados para controlar politicamente a população excedente e afastar a tendência de uma crise de legitimidade. (O’CONNOR, 1973)

A dominação política caracteriza as mudanças que ocorreram no Estado estadunidense no recorte delimitado pelo presente estudo. A partir desses novos instrumentos e mudanças de estratégias é que a esfera de dominação amplia sua intensidade; torna-se, mais do que nunca, evidente que os aspectos superestruturais precisam ser levados a sério e supervisionados para que haja um combate eficiente do capitalismo. Sendo assim a práxis do economicismo vulgar é incapaz de abarcar a complexidade da máxima marxista, de que o desenvolvimento econômico não se reduz apenas às mudanças nos instrumentos técnicos,

mas deve levar em conta também as mudanças nas forças materiais de produção de maneira completa, incluindo a força dos trabalhadores:

A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor cada flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da estrutura, deve ser combatida teoricamente como um infantilismo primitivo, ou, praticamente, deve ser combatida com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas. (GRAMSCI, 2024, p. 27, Q7)

O que Gramsci apresenta com as suas preocupações da desvirtuação do materialismo histórico-dialético para o economicismo vulgar², consistiu em um importante farol para as mudanças paradigmáticas que ocorreriam no campo teórico marxista. Gramsci descreve essa sua crítica de maneira mais evidente quando discorre positivamente sobre a atuação dos Bolcheviques em relação ao pensamento marxiano, principalmente em relação ao Capital:

E este pensamento [O Capital] coloca sempre como fator máximo da história, não os factos económicos, inertes, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, se entendem entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os factos económicos, julgam-nos e adéquam-nos à sua vontade, até ela se transformar no motor da economia, na plasmadora da realidade objetiva, que vive, se move e adquire carácter de matéria telúrica em ebulição que pode ser canalizada para onde a vontade quiser e como a vontade quiser. (GRAMSCI, 2015)

Ou seja, o “verdadeiro motor da história” não é a economia, ou o mercado, mas os homens, o trabalho. Para Gramsci, partir de uma análise marxista que deixe isso de lado, é partir de uma análise marxista economicista.

As contribuições gramscianas foram essenciais para pensar a importância de elementos superestruturais, como ideologia e política, na dominação capitalista e retomar a tradição marxiana, com uma apreensão mais ampla e fiel à complexidade da realidade material. Quando Gramsci discute o desenvolvimento de classes a partir do Risorgimento italiano, por exemplo, ele reafirma a necessidade de pensar essas questões:

No desenvolvimento de uma classe nacional, juntamente com o processo da sua formação no terreno económico, é preciso levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico etc.: deve-se até

² Dentro do campo teórico marxista, a categoria de “economicismo vulgar” define aquelas teorias e pensadores que utilizam da relação estrutura-superestrutura marxiana de modo a ocultar, suprimir e relativizar a importância da superestrutura para as discussões a respeito da luta de classes. Teóricos como Gramsci colocam que esse erro seria infantil, vulgar e simplificador da visão teórico-prática marxista, já que reduz as contradições do capitalismo às contradições do campo econômico. Isso é problemático pois subestima a importância de aspectos como educação e cultura, por exemplo, para a dominação capitalista; e por conseguinte, provoca uma miopia dentro dos movimentos que lutam contra esse sistema. O combate a uma análise economicista é um aspecto central da presente pesquisa.

dizer que não há desenvolvimento no terreno econômico, sem estes outros desenvolvimentos paralelos. (GRAMSCI, 2024, P. 153, Q6)

As concepções de feministas marxistas dependem, necessariamente, da batalha teórica contra essa apreensão vulgar da economia e do pensamento marxiano, tão investigada por Gramsci. A redução da luta de classes a uma esfera puramente econômica não apenas atrapalha a luta material pelos direitos da classe trabalhadora, como configura uma interpretação equivocada da teoria marxiana:

Concentrar-se na economia superficial (do mercado) como se fosse a única realidade é obscurecer dois processos relacionados: i) a separação entre o político e o econômico, exclusiva do capitalismo; e ii) o processo real de dominação e expropriação que ocorre além da esfera da troca ‘igual’³. (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 122)

Assim, a partir do século XX, o que acontece nos Estados Unidos é uma gradativa mudança estratégica do comportamento estatal em aliança aos setores capitalistas. A dominação política passa a ser utilizada como instrumento para mascarar a dominação do Estado sobre os trabalhadores de maneira geral (OFFE, 1984); e no caso estadunidense, isso é evidenciado pela maneira que as políticas do New Deal foram consolidadas nos meados dos anos 1930 e nos anos 1940. O Estado capitalista, para o seu funcionamento, precisa tornar o seu caráter capitalista invisível, precisa fazer com que a dominação não pareça dominação perante a classe trabalhadora, e para isso, a política é imprescindível.

No recorte temporal do presente trabalho (1930-1970), é possível conferir que instrumentos propagandísticos relacionados a regulamentação da sexualidade e ao fortalecimento do conceito de cidadania estadunidense mediante políticas duras contra a imigração passam a integrar o *modus operandi* estatal e capitalista estadunidense de maneira consciente e organizada. Sendo os apelos a esses aspectos essenciais para a dominação capitalista, tanto quanto aquelas políticas e medidas ligadas a elementos diretamente econômicos. Inclusive, o aumento da migração interna e da imigração de outras populações para os Estados Unidos favoreceram as políticas de controle e monitoramento da classe trabalhadora, além da criação de um exército de reserva disciplinado:

³ O uso da palavra “igual” nesse contexto não significa dizer que as trocas relacionadas à dinâmica trabalhador e capitalista sejam igualitárias, mas que elas se escondem sob o véu da igualdade jurídica promovido pela democracia. Para conferir essa discussão de maneira completa ver debate desenvolvido por Tithi Bhattacharya a respeito de Marx no capítulo 3 de “Teoria da Reprodução Social” (2019).

A migração de grandes massas de trabalhadores, divorciadas de todos os laços socioculturais com suas comunidades de origem, desempenhou um papel importante no crescimento considerável desse reservatório. (AGLIETTA, 2015, p. 58)

O Estado capitalista estadunidense não é meramente ou majoritariamente coercitivo no sentido da violência física, mas coercitivo no sentido de manipular os seus *aparelhos de hegemonia* para educar, instruir e indicar quais os rumos morais, intelectuais e ideológicos que os indivíduos devem seguir para serem considerados trabalhadores e cidadãos. Por isso são importantes as escolas, as instituições carcerárias, os centros de detenção e o advento de programas de assistência social que exigem, pelo menos a partir dos anos 1940, acompanhamento direto dos assistentes sociais do Governo com as famílias beneficiadas.

Importante pontuar que essa legitimidade não se constrói de maneira unilateral entre o Estado e a população/conjunto de cidadãos, mas que é uma relação (mesmo que injusta). Ao mesmo tempo que o Estado lança mão de suas estratégias de dominação e constrói sua validade a partir disso, a população cidadã também confere legitimidade ao Estado através do seu *status* de obediência, “diante de uma estrutura de dominação” (OFFE, 1984). Esse duplo caráter da dominação, tanto através da manipulação de símbolos ideológicos e culturais, quanto pelo uso das forças coercitivas do Estado para reprimir violentamente a crítica da legitimidade, é eficiente e duradouro. É fundamental investigar os processos relativos a esse duplo caráter de dominação, pois ele evidencia algumas das contradições de classe inseridas na própria burguesia, que apesar de promover, percebe a ineficiência do “mito básico da troca de equivalentes como critério da justiça social”, (OFFE, 1984) precisando demonstrar a sua própria base ideológica, precisando expor as suas próprias vísceras moralizantes.

Ou seja, essa forma de dominação, apesar de mais eficiente e múltipla, torna visíveis as próprias contradições da sociedade capitalista burguesa e essa contradição estrutural, exposta, “pode se transformar num ponto de cristalização para conflitos e lutas políticas destinadas a superar a forma-mercadoria como princípio de organização e reprodução social.” (OFFE, 1984, p. 137). Assim, a atenção às contradições da lógica capitalista é essencial para determinar uma estratégia eficiente de combate à opressão e à exploração da classe trabalhadora.

A relação entre essas opressões múltiplas através das diferentes esferas da vida é um aspecto importante de ser estudado. Pensar os aspectos ligados a religião e a família, por exemplo, é algo que foi feito por muitos teóricos marxistas (Antonio Gramsci, Mário Mieli, Kevin Floyd, Susan Ferguson, entre outros) e, mais recentemente, por pesquisadores das teorias

queer que discutem gênero e sexualidade (que não são, necessariamente do campo teórico-prático marxista), como Judith Butler, Gayle Rubin, Adrienne Rich e Paul Preciado.

Apesar deste tópico, em particular, não ser o foco da atuação teórica e investigativa de Gramsci, ele pontua a sua importância, principalmente, no Caderno de Cárcere nº 1. Gramsci discute como os instintos sexuais, a sexualidade e as relações de gênero foram, com uma certa constância, as esferas que mais sofreram repressão durante o desenvolvimento da sociedade capitalista, durante a transição entre a era pré-moderna e moderna. Para justificar essa hipótese, o autor traça uma relação interessante entre sexualidade e natureza: “Sua ‘regulamentação’ parece a mais ‘inatural’, portanto, são mais frequentes neste campo os apelos à ‘natureza’.” (GRAMSCI, 2024, p. 95, Q1).

Para além desse aspecto, Gramsci salienta como as questões relativas à sexualidade estão intimamente conectadas com as questões econômicas. Isso porque essa passagem para a era moderna contou, entre outras coisas, com o aumento do investimento em políticas de higienização relacionadas a avanços na saúde pública que elevaram a média de vida e com isso, trouxeram novas necessidades de amparo societal para a estrutura do Estado. Apesar das chamadas ‘questões sexuais’ parecerem ser meramente superestruturais e, muitas vezes, apartadas da realidade material elas estão intimamente atreladas a política econômica capitalista:

É interessante como os industriais americanos se interessam pelas relações sexuais de seus empregados: a mentalidade puritana, no entanto, esconde uma necessidade evidente: não pode haver trabalho produtivo intenso sem uma regulamentação do instinto sexual. (GRAMSCI, 2024, p. 96, Q1)

Através de leituras como essa fica evidente que a moralidade e a materialidade têm uma relação muito mais íntima do que as teorias economicistas prometem. Ao longo desta investigação parece se tornar cada vez mais evidente o fato de que o controle reprodutivo da população, seja por meio de práticas eugenistas, políticas ideológicas relacionadas ao planejamento familiar ou abusos relacionados ao desrespeito da liberdade sexual, tem uma importância considerável para o desenvolvimento do capitalismo.

1.4 Situando a mulher nas mudanças relacionadas ao mundo do trabalho na conjuntura do “Welfare State” nos Estados Unidos

Um aspecto incontornável para discutir as relações entre Estado e capitalismo é o trabalho. Neste estudo, delimitar uma compreensão fixa de trabalho será importante para que a discussão

dos aspectos superestruturais (principalmente aqueles relacionados a gênero e sexualidade) não se afastem de maneira desorientada dos aspectos estruturais aos quais estão intrinsecamente entrelaçados.

O trabalho, como transformação da natureza, a partir da teoria desenvolvida por Marx e Engels, é inerente à humanidade. Essa transformação é indispensável para a sobrevivência humana e as suas características e peculiaridades mudam de acordo com a conjuntura espaço-temporal que é observada. Assim, as categorias relativas à divisão das classes sociais e econômicas são “leis históricas” e não “leis eternas”, que servem para compreensão de momentos específicos da história, mas não determinam a realidade material (MARX, 1846, p. 6-7).

Pensar no trabalho enquanto categoria histórica, intrinsecamente dependente da conjuntura, é importante para localizar a discussão de gênero e sexualidade dentro do capitalismo. Isso pois o trabalho feminino, historicamente ligado à “reprodução social” (seja a partir de tarefas domésticas, ou trabalhos ligados a prestação de serviços em creches, escolas etc.), é um exemplo perfeito de como o critério da criação direta de valor é um fator determinante para a legitimação ou não do trabalho pelo Estado:

O processo de acumulação, portanto, não é indiferente às categorias sociais de raça, sexualidade ou gênero; ao contrário, procura organizar e moldar essas categorias, que, por sua vez, agem, sobre a forma determinada de extração de trabalho excedente. (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2023, p. 147)

Assim, o trabalho a partir de um entendimento tipicamente capitalista passa a ser identificado e legitimado pelo Estado apenas quando está atrelado à reprodução do capital ou de suas próprias estruturas burocráticas (vide a existência dos funcionários públicos):

O capitalismo, no entanto, reconhece o trabalho produtivo para o mercado como a única forma legítima de ‘trabalho’, ao passo que a enorme quantidade de trabalho familiar e comunitário que continua a sustentar e a reproduzir o trabalhador ou, mais especificamente, sua força de trabalho, é naturalizada como inexistente. (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2023, p. 18)

Um exemplo interessante da arbitrariedade da legitimação de certas atividades como trabalho ou não pelo Estado, apesar de anterior ao Estado de bem-estar social é o das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 19)

A postura dos senhores em relação às mulheres escravizadas, sob o seu domínio, é importante para demonstrar a flexibilidade da categoria gênero, quando atravessada pelas categorias classe e raça. Ainda que o trabalho de mulheres brancas nos Estados Unidos fosse reservado ao âmbito doméstico e ao núcleo familiar, por questões relacionadas à ideologia da família nuclear e da feminilidade, o fato das mulheres negras serem mulheres parecia tornar-se irrelevante, já que o que passa a ser explorada é a sua condição enquanto integrantes da classe trabalhadora. Nesse sentido, a história parece demonstrar que categorias como classe, gênero e raça são necessariamente entrelaçadas; e, qualquer tentativa de atomização delas, passa obrigatoriamente, por algum nível de abstração.

Enquanto o grosso da força de trabalho estadunidense fosse composto por pessoas escravizadas, sejam elas mulheres, homens ou crianças, a categoria gênero por si só, perdia o seu sentido, “(...) o capital é indiferente à raça, ao gênero ou a habilidades do produtor direto, desde que sua força de trabalho possa colocar em movimento o processo de acumulação.” (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 144). Ao mesmo tempo, o cuidado doméstico se dividia em dois aspectos distintos: a gestão do lar (predominantemente realizada por mulheres brancas, associada a questões morais e ideológicas, desatrelada da categoria trabalho), e o trabalho doméstico (de responsabilidade principalmente de mulheres negras, despidas de respaldos morais e ideológicos, e vistas como trabalhadoras):

Mulheres pobres, racializadas e da classe trabalhadora não estavam em posição de satisfazer os ideais vitorianos de domesticidade; se a legislação de proteção mitigava sua exploração direta, não fornecia apoio material ou compensação por salários perdidos. As mulheres de classe média que podiam se adaptar aos ideais vitorianos, nem sempre se contentavam com sua situação, que combinava conforto material e prestígio moral com minoria legal e dependência institucionalizada. Para ambos os grupos, a solução de esferas separadas ocorreu em grande parte à custa das mulheres, mas também colocou umas contra as outras (...) (FRASER, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 54-55)

Acompanhando as mudanças históricas que se passavam nos Estados Unidos em meados do século XX, os movimentos feministas socialistas dos anos 1960 passaram a se dividir em duas filiações teóricas principais: i) aquela que pensava o sistema produtivo de maneira dualista (contando com um sistema de opressão patriarcal e um sistema paralelo de opressão capitalista) e, ii) aquela que buscava desenvolver uma teoria unitária relativa à reprodução social. Para abarcar o sofrimento enfrentado pela classe trabalhadora e articular uma resposta que não deixasse de lado as violências e opressões ligadas ao sexismo, as ideias da segunda corrente pareciam fazer mais sentido. As donas de casa que ingressavam no mercado de trabalho, assim como as mulheres negras descendentes de pessoas escravizadas, ainda vítimas de muitas das violências relacionadas a segregação racial e produtoras de valor

indubitavelmente há muito mais tempo, necessitavam de um farol epistemológico abrangente e complexo o suficiente para abraçar todas as suas lutas.

Essas autoras (Mariarosa Dalla Costa, Margaret Benston, Peggy Morton, entre outras) foram importantes principalmente por começarem a utilizar categorias marxianas retiradas diretamente do Capital, numa tentativa de demonstrar a validade da teoria marxiana para discutir a opressão das mulheres (VOGEL, 2013). As mudanças na vida produtiva das mulheres, advindas do Estado de bem-estar social e das medidas de assistência social dele derivadas, caminhavam lado a lado com os dilemas teóricos e práticos que a teoria feminista da mesma época procurava discutir:

Assim, no sentido científico, o trabalho doméstico não pode nem ser produtivo ou improdutivo, e mulheres não são exploradas como trabalhadoras domésticas. Ao mesmo tempo, o trabalho doméstico é indispensável para a reprodução de relações sociais capitalistas. (...) O problema de especificar o caráter do trabalho doméstico, e problemas relativos a salário e o salário-trabalho de mulheres, agora representam as preocupações principais da maioria dos teóricos que trabalham com categorias econômicas marxistas. (VOGEL, 2013, p. 24)

Quanto à conjuntura da época, é importante colocar que a ampliação da participação do Estado na vida de famílias da classe trabalhadora mudou muito a realidade das mulheres dessa categoria nos Estados Unidos, a partir dos novos programas de assistência social, instituição de escolas públicas e atendimentos de saúde; proporcionou, de maneira favorável ao capital monopolista, uma mudança estrutural nas relações que essas mulheres teciam com o mercado de trabalho:

Educação pública e serviços de saúde tornam certos aspectos do trabalho doméstico responsabilidade do Estado, ao mesmo tempo distribuindo os custos da reprodução da força de trabalho de maneira mais generalizada através de contribuições e impostos. (VOGEL, 2013, p. 162)

Assim, os instrumentos de redistribuição visados eram fundamentalmente incapazes de lidar com os problemas enfrentados pela classe trabalhadora em sua raiz e, concomitantemente, passaram a onerar o Estado: nenhum dos lados poderia estar menos satisfeito. Isso, pois dentro das políticas de assistência social muitas barreiras ligadas a raça e sexualidade foram impostas para delimitar as possibilidades de acesso das mulheres aos serviços públicos promovidos pelas novas leis, e, portanto, limitar a redistribuição de renda para um núcleo duro da classe trabalhadora composta por mulheres brancas e casadas (COOPER, 2017; MOHANDESI, TEITELMAN, BHATTACHARYA (Org.), 2019; AGLIETTA, 2015).

O advento dos programas de assistência social com o “Welfare State” pode ser considerado, também, como uma tentativa estatal de mitigar a contradição antiga entre trabalho doméstico e trabalho assalariado:

O trabalho doméstico desempenha, de fato, um papel altamente contraditório na reprodução social capitalista. Por um lado, constitui uma condição essencial para o capitalismo. Para que a produção capitalista ocorra, é necessária a existência de força de trabalho, e para que a força de trabalho esteja disponível, o trabalho doméstico deve ser realizado. Por outro lado, o trabalho doméstico impede a busca do lucro pelo capitalismo, pois também limita a disponibilidade de força de trabalho. Do ponto de vista do capital, o trabalho doméstico é simultaneamente indispensável e um obstáculo à acumulação. (VOGEL, 2013, p. 163)

Há também a renovação da classe trabalhadora de geração em geração. Os custos desta reprodução incluem, portanto, as despesas com a manutenção e educação das crianças que devem substituir a força de trabalho existente. Eles também incluem a manutenção de ex-trabalhadores durante o curto intervalo como é em média, que separa a aposentadoria e a morte. Finalmente, eles incluem custos de seguro contra doenças, o que coloca a força de trabalho fora de serviço por uma parte mais curta ou mais longa de sua atividade total. A integração dessas necessidades na norma de consumo da classe trabalhadora, em outras palavras, sua gestão pelo modo de produção capitalista, entrou em andamento durante a Grande Depressão. (AGLIETTA, 2015, p. 88)

No entanto, essas tentativas inevitavelmente levaram ao estabelecimento de outras situações de crise para o capitalismo estadunidense. Dado que os serviços ligados a trabalho necessário e à reprodução social não geram lucros de maneira direta, a manutenção dos programas de assistência social, iniciados pelo Social Security Act em 1935, não gerou os resultados econômicos esperados; e, que as limitações impostas por preconceito ligados a raça e sexualidade excluíram de maneira imperante as cidadãs que se encontravam nas situações mais precarizadas.

Apesar da fachada moralmente agradável das iniciativas de assistência social (promoção do bem-estar das parcelas pauperizadas da população estadunidense), a demanda central era do capital monopolista, em tornar disponível uma maior força de trabalho para as suas indústrias e fazer circular o capital doméstico a partir do aumento do poder de consumo da classe trabalhadora. Além disso, com o aumento de inserção da população excedente na força de trabalho, o Estado precisaria de mecanismos que gerissem a reprodução social e a vida familiar da classe trabalhadora:

O investimento público em assistência médica, educação, cuidados infantis, aposentadorias por idade, suplementados por provisões corporativas, era percebido como uma necessidade numa época em que as relações capitalistas haviam penetrado a vida social a tal ponto que as classes trabalhadoras não possuíam mais os meios para se reproduzir por si próprias. Nessa situação, a reprodução social precisava ser internalizada, trazida para o domínio oficialmente gerenciado da ordem capitalista. (FRASER, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 58)

Ainda que os programas de assistência social estadunidenses entre os anos 1930 e 1970 fossem recheados de contradições, foi através dessas iniciativas que os Estados Unidos passaram a investir na força de trabalho futura, materializada nos filhos e filhas da classe trabalhadora (principalmente branca e aos moldes da família nuclear), e na força de trabalho excedente, materializada nas mulheres que estavam inseridas nos processos de reprodução social com o trabalho necessário:

Ao contrário da legislação protetora do regime liberal, o acordo capitalista de Estado resultou de um compromisso de classe e representou um avanço democrático. Diferentemente de seus antecessores, os novos arranjos serviram (pelo menos para alguns e por um tempo) para estabilizar a reprodução social. Para os trabalhadores de etnia majoritária no núcleo capitalista, eles reduziram as pressões materiais sobre a vida familiar e promoveram a incorporação política. (FRASER, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 59)

O advento dos programas sociais, de certa maneira, legitimou o trabalho necessário realizado por essas mulheres em prol da reprodução da força de trabalho e simultaneamente desonerou-as de muitos dos cuidados realizados referentes às pessoas idosas, crianças etc. que agora estariam sob tutela direta do Estado em instituições de saúde, casas de acolhimento e escolas.

2) O debate teórico marxista sobre as relações entre a exploração capitalista e outras formas de opressão: a Teoria da Reprodução Social (TRS).

2.1 A categoria de reprodução social

Entre as inúmeras correntes da teoria crítica que discutem as relações entre a exploração capitalista e opressões (ligadas a gênero, sexualidade, raça, religião etc.) a Teoria da Reprodução Social (TRS) pode ser considerada uma das mais fortes. Tanto por ser teoricamente alicerçada a conceitos marxianos de maneira direta, como por ser dialética e propositiva. A Teoria da Reprodução Social é, também, ação.

N'O Capital, ainda que de maneira pouco aprofundada, Karl Marx já introduzia a ideia de reprodução social para identificar e elaborar sobre as condições necessárias para a reprodução das condições de produção ou reprodução da força de trabalho. As feministas da Teoria da Reprodução Social fazem um esforço teórico de explorar a categoria de reprodução social de maneira ampliada, para abraçar todo o processo e as atividades necessárias para a reprodução, restauração e manutenção da classe trabalhadora enquanto parte integrante e produtiva do sistema capitalista (MOHANDESI, TEITELMAN, BHATTACHARYA (Org.), 2019).

Assim, para as pesquisadoras da TRS, a exploração das pessoas envolvidas nas atividades de reprodução social é um aspecto incontornável da luta de classes; já que

(...) a economia capitalista depende de - ou, pode-se dizer, pega carona em - atividades de provisionamento, cuidado e interação que produzem e mantêm laços sociais, embora não lhes conceda valor monetário e os trate como se fossem livres. (FRASER, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 48).

Nesse sentido, o sistema capitalista é beneficiado pela associação feita entre as atividades de reprodução social com atividades ligadas à “natureza humana” de maneira direta, a reprodução social é simplificada como não-trabalho ou como uma mera função biológica, alheia ao sistema de exploração capitalista. Assim, ficam fora do campo de disputa do capital todas as atividades ligadas a sexualidade, ao cuidado e a domesticidade dos trabalhadores, como se eles não tivessem vida relevante e política fora do ambiente de trabalho; ou, como se a sua vida no ambiente de trabalho não fosse obrigatoriamente entrelaçada a todos esses outros aspectos. A atomização da vida do trabalhador é uma estratégia importantíssima da dominação do capital.

A partir da industrialização, a cisão e hierarquização das atividades produtivas e atividades de reprodução social é evidenciada. Isso pois o avanço do trabalho assalariado força

a crença de uma separação entre o local de trabalho e o local da reprodução social (MOHANDESI, TEITELMAN, BHATTACHARYA (Org.), 2019). Com o aumento da relevância do dinheiro como mercadoria principal do sistema capitalista, os trabalhadores assalariados homens passam a ganhar uma relevância muito superior às responsáveis, principalmente mulheres, pelos trabalhos ligados às atividades domésticas:

Nesse novo mundo [industrial], em que o dinheiro se tornou um meio primário de poder, a ausência de remuneração para esse trabalho ‘bateu o martelo’ sobre o assunto: aquelas que o fazem são estruturalmente subordinadas aos que ganham salários em dinheiro, mesmo que seu trabalho forneça uma condição prévia necessária para o trabalho assalariado – e mesmo que essa atividade fique saturada e mistificada por novos ideais domésticos de feminilidade. (FRASER, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 49)

Mesmo que essa divisão tivesse um recorte racial, e já houvesse mulheres negras que compunham a força de trabalho assalariada, muitas dessas mulheres o faziam através de trabalhos ainda envolvidos com a reprodução social: “(...) mulheres de cor encontravam trabalho mal remunerado criando os filhos e limpando os lares de famílias brancas em detrimento dos seus próprios filhos e lares.” (FRASER, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 60).

A dominação masculina parecia então estar justificada pela participação superior dos homens no mercado de trabalho, em contraposição à maioria feminina que cuidava das atividades de reprodução social (FRASER, BHATTACHARYA (Org.), 2019), estando ou não inseridas na força de trabalho assalariada. À medida que os processos de proletarização das sociedades foram sendo encaminhados pelo sistema capitalista, foi-se percebendo a contradição entre a necessidade de ter trabalhadores disponíveis para o mercado e a necessidade de criar mecanismos de manutenção e reposição desses indivíduos.

Segundo as teóricas da TRS, o incentivo a formação de famílias heterossexuais nucleares foi uma das estratégias empreendidas pelo Estado (aliado ao capital) para garantir uma massa trabalhadora que se reproduzisse de maneira estável e fosse organizada em núcleos familiares tradicionais. Assim, o reforço de papéis de gênero, através do aproveitamento das relações entre homens e mulheres baseadas na sexualidade e no parentesco, teria sido um instrumento essencial do sistema capitalista (VOGEL, 2013). Essa opressão e exploração se deu através de inúmeros e diversos incentivos à vida em famílias nucleares (como, as restrições ao acesso dos benefícios de assistências sociais, visto na última parte do presente trabalho),

aliando o que a Teoria Queer denomina de “heterossexualidade compulsória”⁴ com interesses diretamente materiais do capital, conectados a reprodução social e reposição da massa de trabalhadores.

Outro aspecto essencial de destacar em relação a reprodução social é que embora a maior parte das atividades relacionadas a esse processo sejam realizadas no âmbito doméstico, essa não é a norma:

Na maioria das sociedades, as famílias atuam, portanto, como importantes locais de manutenção e substituição geracional de trabalhadores existentes e potenciais. No entanto, elas não são os únicos lugares onde os trabalhadores se renovam diariamente. (VOGEL, 2013, p. 147)

Além das atividades realizadas nos lares da classe trabalhadora, são também parte do sistema de reprodução social aquelas instituições públicas ou privadas ligadas a cuidados de saúde, de educação, fornecimento de lazer e pensões (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019). Mesmo a reprodução geracional, majoritariamente relacionada ao processo gestacional, de parto e criação de crianças, não se restringe a essas atividades: “escravidão e migração são duas das maneiras mais comuns encontradas pelo capital para substituir o trabalho em uma sociedade limitada.” (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 26).

2.2 A Teoria da Reprodução Social

A Teoria da Reprodução Social propõe que, se a divisão entre produção e reprodução é uma ilusão criada pelo sistema capitalista, o trabalho realizado em ambas as esferas também têm uma cisão que é apenas aparente, não concreta (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019). Ou seja, para uma compreensão completa do sistema capitalista, assim como para desenvolver propostas de ação eficientes, é necessário desenvolver uma teoria unitária, que desfaça a névoa que aparenta dividir a esfera produtiva e a reprodutiva.

A TRS procura, portanto, “(...) tornar visível o trabalho analiticamente oculto pelos economicistas clássicos e politicamente negado pelos formuladores de políticas públicas.” (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 19). Essa corrente provoca, principalmente, àqueles marxistas que insistem ainda na imobilidade dos conceitos marxianos,

⁴ Heterossexualidade compulsória é uma categoria desenvolvida por Adrienne Rich para desmistificar a “naturalidade” da escolha heterossexual. Ela discute que a sexualidade não se trata de uma escolha livre, ou de algo que é inerente a biologia de cada indivíduo, mas que é um processo complexo que passa pela influência opressora de um sistema que tende à opressão feminina e ao apoio ao domínio masculino patriarcal. Para acessar essa discussão completa, ver o artigo “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” de Adrienne Rich.

como se não tivessem sido escritos justamente com a premissa de serem categorias históricas, não essenciais:

Ela representa um esforço para desenvolver a teoria do valor do trabalho em Marx em uma direção específica. A TRS preocupa-se principalmente em entender como as categorias de opressão (como gênero, raça e capacitismo) são coproduzidas de forma simultânea à mais-valia. Nesse aspecto, procura superar as representações reducionistas ou deterministas do marxismo e, ao mesmo tempo, expor criativamente a totalidade orgânica do capitalismo como sistema.” (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 34)

Para além das críticas desenvolvidas relativas ao marxismo economicista, podem se destacar duas correntes críticas questionadas pelas teóricas da TRS: a corrente ligada a percepção de um sistema dualista (onde a existência do patriarcado e do capitalismo caminham na mesma direção, mas em categorias separadas) e a corrente ligada às análises interseccionais (que estipula diferentes categorias como capacitismo, gênero, raça, sexualidade, idade etc. como diferentes linhas que pontualmente se cruzam para formar um conjunto de unidades de formas de opressão distintas).

Entre alguns dos representantes da linha teórica do sistema dual estão: i) Friederich Engels em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”:

Ele considera a divisão sexual do trabalho como biologicamente fundamentada e historicamente inflexível, enquanto todos os outros fenômenos importantes da Origem têm um fundamento social. Dessa forma, Engels atribui um papel central à divisão sexual do trabalho na família, mas a coloca em um limbo teórico. (VOGEL, 2013, p. 136),

ii) August Bebel em “Mulheres e Socialismo”, onde “trata o fenômeno da opressão das mulheres como analiticamente separável do desenvolvimento social como um todo” (VOGEL, 2013, p. 138), e, iii) Christine Delphy em “O inimigo principal”, onde constata:

Constata-se a existência de dois modos de produção em nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida no modo industrial; os serviços domésticos, a criação dos filhos e algumas mercadorias são produzidas no modo familiar. O primeiro dá lugar à exploração capitalista. O segundo, à exploração familiar, mais exatamente, patriarcal. (DELPHY, 2015, p. 111);

Quanto a segunda linha da teoria crítica questionada pelas autoras da TRS, é possível destacar alguns nomes importantes: i) Patricia Hill Collins, que

(...) desenvolveu com perspicácia a afirmação de W.E.B. Du Bois de que as hierarquias sociais de raça, classe e nação co-determinavam as realidades político-econômicas dos negros na América, chamando assim a atenção para a "matriz de dominação" que abrange raça, classe e gênero. (VOGEL, 2013, p. 35)

e ii) Kimberle Crenshaw, que em “Mapeando as Margens: Interseccionalidade, Políticas de Identidade e Violência contra Mulheres Negras”, “(...) ilustrou sua teorização por meio de uma imagem representando uma pessoa parada em um entroncamento, enquanto veículos

provenientes de vários ângulos se aproximavam dela” (MC NALLY, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 145).

Apesar de haver discordâncias, principalmente relacionadas a possibilidade de ação a partir dessas duas diferentes abordagens e a abordagem da TRS, cada ala da teoria feminista crítica, tem algo a contribuir para o debate. Enquanto as marxistas dualistas foram essenciais para elevar a opressão de gênero a um grau de importância igual à exploração capitalista, ainda que de maneira separada; as feministas da interseccionalidade, ampliaram ainda mais o leque de opressões essenciais para a compreensão da sociedade capitalista, desenvolvendo importantes discussões a respeito de opressão de raça, gênero, sexualidade etc. ainda que atomizassem as unidades de opressão de maneira a impedir uma compreensão total da exploração capitalista.

A luta de classes, para as teóricas da Teoria da Reprodução, não se limita ao mercado de trabalho e não remete apenas aos indivíduos nele inseridos via trabalho assalariado. A luta de classes diz a respeito, também, às pessoas inseridas nos processos de reprodução social. As “donas de casa” não estão apenas dentro da disputa do capitalismo, como estão no centro da contradição desse sistema, justamente por serem responsáveis, em grande arte, pela reprodução social. Renunciar ao apoio, dos interesses e da luta pelos direitos dessas trabalhadoras é um erro histórico dos movimentos teóricos e práticos das correntes comunistas:

Uma das maiores tragédias da destruição do poder da classe trabalhadora e da dissolução das comunidades proletárias nos últimos quarenta anos foi a perda, na prática, dessa percepção da totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho. (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 142-143)

Ao fazer isso, a luta dos trabalhadores perde força e se entrega à ilusão capitalista de que as esferas de produção e reprodução são separadas:

O marxista deve entender que a classe trabalhadora é composta por todas as produtoras que, durante a vida, participaram da totalidade da reprodução da sociedade, independentemente de esse trabalho ter sido pago pelo capital ou permanecer não remunerado. (BHATTACHARYA, BHATTACHARYA (Org.), 2019, p. 147)

Ou seja, há um entrelaçamento sistêmico entre a exploração capitalista e as diferentes formas de opressão. Muito mais do que uma intersecção pontual entre opressões múltiplas, há uma ligação indissociável entre elas. Não há nada a ganhar, para a luta dos trabalhadores, com teoria e práticas economicistas. Além do esforço teórico de entrelaçar o desenvolvimento entre diferentes categorias de opressão e a exploração capitalista, há um desafio prático; e a Teoria

da Reprodução Social tem demonstrado ser a linha crítica mais preocupada com as possibilidades de ação a partir do desenvolvimento teórico.

3) Estados Unidos e controle sexual: a esterilização forçada de portorriquenhas, mulheres indígenas estadunidenses e imigrantes latino-americanas a partir de programas estatais nos Estados Unidos.

Apesar da esterilização forçada ter sido reconhecida como tortura, tendo se alinhado, inclusive com a definição estadunidense de tortura na “Convenção Contra a Tortura” (DAVIS, 2022), os relatos de mulheres que sofreram procedimentos não consensuais de esterilização e de profissionais da saúde que denunciavam esses procedimentos são incontáveis ao explorar a literatura acadêmica e denúncias através de instrumentos jornalísticos.

É inegável que a utilização da sexualidade de mulheres em situação de vulnerabilidade social tem sido frequente como mecanismo de controle populacional de maneira eugênica e opressora. Os casos relatados no presente trabalho são apenas exemplos, entre muitos, de como as categorias de raça, origem geográfica, gênero, estado de saúde (psicológica e física) e classe são essenciais para pensar o processo de dominação capitalista.

Entre 1930 e 1970, apenas, é estimado que 40.000 mulheres tenham sido esterilizadas em território estadunidense em contextos de programas de controle populacional e de caráter eugênico (LAWRENCE, 2014). Apesar dos dados prévios a essa época serem de mais difícil acesso, tendo sido documentados principalmente pela literatura que descreve os casos relacionados a populações indígenas (TORPY, 2000; PETERS, 2018; JARVIS, 1977; BOLTON, UNGER, 2019), sabe-se que antes mesmo desses procedimentos terem sido aplicados na Alemanha nazista, eles foram utilizados pelos Estados Unidos (LAWRENCE, 2014) para subjugação e controle de mulheres em situação de vulnerabilidades múltiplas:

Uma vez vista como uma parte integral da profilaxia da saúde e como um recurso de economizar custos, programas de esterilização intensificaram-se em um ritmo acelerado pelos Estados Unidos nos anos 1930. Em 1932, vinte e sete Estados tinham leis em seus livros e ao redor da nação já haviam sido realizados mais de 3.900 procedimentos. (STERN, 2005, p. 1130)

Para além disso, tem sido registrado que a maior parte das mulheres que passaram/passam por esse tipo de procedimento de maneira não consensual estão sob controle estatal de alguma maneira. Seja porque estão sob tutela do Estado em instituições como o ICE⁵, seja porque pertencem a um grupo minoritário (como no caso das mulheres indígenas) que precisam de assistências específicas, seja porque estão em situação de vulnerabilidade

⁵ Aparato estatal responsável pela aplicação e execução de leis relativas à obtenção de cidadania estadunidense e assuntos referentes a imigração. Sigla significa: Immigration and Customs Enforcement (Agência de Imigração e Alfândega dos EUA).

psiquiátrica e encontram-se em instituições estatais de tratamento, ou porque estão encarceradas:

Nesses casos, o Estado tem controle da saúde da mulher e pode decidir a quais procedimentos ela deve ser submetida e quando. Quando controladas pelo Estado, essas mulheres são tratadas como incompetentes ou incapazes de tomarem suas próprias decisões, então o Estado decide o seu futuro reprodutivo. (LAWRENCE, 2014, p. 18)

Como muitas delas estão sob tutela do Estado, de alguma maneira, a esterilização forçada é utilizada como um instrumento de contenção de gastos e desoneração das contas públicas (LAWRENCE, 2018; STERN 2005). A limitação da reposição geracional de comunidades e populações minoritárias limita também a quantidade de recursos que necessariamente precisariam ser despendidos para custear a sobrevivência dessas pessoas. Ou seja, há uma preocupação evidente com o custo que essas populações têm, já que a manutenção desses sujeitos gera um gasto de caráter continuado para o Estado estadunidense.

A partir dos anos 1960, a literatura (ARCOS, 2021; STERN, 2005; BOLTON, UNGER, 2019; COOPER, 2017) registra um aumento consistente em relação a esses procedimentos dentro do território estadunidense. Seja por argumentos relacionados ao advento dos movimentos de combate à fome, por parte de instituições religiosas em cooperação a programas médicos (ARCOS, 2021), pela passagem do Family Planning Services and Population Research Act (Ato dos Serviços de Planejamento Familiar e Pesquisa Populacional) em 1970 e criação da Office Of Economic Opportunity (OEO – Secretária de Oportunidades Econômicas) (STERN, 2005) ou por um aumento na preocupação com redução de gastos públicos com assistência social (BOLTON, UNGER, 2019 e COOPER, 2017) após um período de aumento desses gastos por conta do estabelecimento do Estado de bem-estar social.

Seja qual das hipóteses for a mais aproximada da realidade, é evidente que os anos 1960 são cruciais para pensar as políticas estadunidenses de controle populacional e eugenia, mesmo que disfarçadas de políticas relacionadas à liberdade reprodutiva. Aos poucos, o discurso político muda da eugenia escrachada dos anos pré-1960 e passa a voltar-se para a defesa da liberdade reprodutiva gratuita e para o aumento dramático de programas estatais e parcerias público-privadas (com instituições de assistência social e instituições religiosas) que trabalharam não apenas para a implementação dessas políticas de maneira direta, como também na influência de políticas de Estado que incentivassem o avanço dessa pauta:

Em 1971 depois de alguma hesitação inicial, a OEO incorporou esterilização em seu arcabouço médico. Ao mesmo tempo, Medicaid permitia o reembolso de até 90% por uma operação desse tipo [histerectomia] (STERN, 2005, p. 1133).

Os casos a seguir exemplificam a gravidade do avanço das políticas de controle populacional, abuso e extermínio de populações marginalizadas dentro do território estadunidense, e demonstram o papel do Estado nas mesmas.

3.1 Teste da Pílula Anticoncepcional e as esterilizações em massa em Porto Rico

Em 1955 os Estados Unidos, através dos médicos Gregory Pincus e John Rock (financiados pela organização Planned Parenthood⁶, entre outras fontes de investimento privadas), iniciaram uma série de testes clínicos a respeito da Pílula anticoncepcional em Porto Rico que durariam alguns anos. Essa iniciativa fez parte de uma grande campanha de planejamento familiar e controle populacional de populações marginalizadas dentro do território estadunidense. A distribuição gratuita dessas pílulas dentre a população portorriquenha teve como o grupo focal mulheres casadas, de todas as idades, em situação de vulnerabilidade social. A ideia era testar a eficácia de uma droga ainda não regulamentada pelo FDA (Food And Drug Administration)⁷, em uma população não caracterizada como cidadã estadunidense (ainda que suficientemente estadunidense para que a pesquisa fosse legalmente viável), de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social.

Ainda que o financiamento dos testes realizados por Pincus e Rock não viesse diretamente dos cofres federais, isso não exime a participação do Estado ianque. O Presidente Dwight D. Eisenhower, durante o seu mandato (1953-1961), se esquivava de temas relacionados ao controle de natalidade, preocupando-se com o conservadorismo do seu eleitorado visto a chegada das eleições de 1960. Apesar disso, em 1964, ele serviu como copresidente do conselho de patrocinadores honorários da Planned Parenthood – World

⁶ Planned Parenthood é uma organização estadunidense, criada em 1916, a partir da ideia de Margaret Sanger (eugenista convicta) de abrir a primeira clínica de controle de natalidade dos Estados Unidos. No final dos anos 1920 Margaret Sanger se uniu, ainda que brevemente, a movimentos ligados ao Ku Klux Klan (KKK) para promover a ideia de que a esterilização forçada poderia ser uma solução para reduzir a reprodução de pessoas “impróprias”. Atualmente a organização se descreve como “(...) a principal provedora e defensora de cuidados de saúde sexual e reprodutiva de alta qualidade e acessíveis do país, além de ser a maior provedora de educação sexual do país.” (PLANNED PARENTHOOD)

⁷ A “Food And Drug Administration” (a Agência de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos é uma Agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos que regulamenta a distribuição de produtos alimentícios, drogas, equipamentos médicos, produtos emissores de radiação, produtos biológicos (como vacina, sangue etc.), produtos animais, produtos cosméticos e produtos de tabaco, de acordo com a sua segurança para a saúde pública. Pode-se dizer que trata-se da Agência estadunidense focada em Vigilância Sanitária.

Population (iniciativa da Planned Parenthood que se preocupava em tomar medidas para o controle populacional de países do chamado “terceiro mundo”) (PAI, 2022); o que sugere preocupações ideológicas para além da política eleitoral.

Ainda que não haja traços oficiais que conectem os testes da Pílula anticoncepcional a fundos federais estadunidenses, o investimento federal estadunidense (a partir do New Deal) aplicado ao estabelecimento de clínicas de saúde comumente ligadas a controle de natalidade na ilha, sugere que o Estado estadunidense teria, e muito, interesse no tópico de controle populacional em Porto Rico. Essencialmente, esse foi um experimento que usou dos corpos de mulheres portorriquenhas como cobaias para o teste de um produto farmacológico de alto valor político e material para o Estado ianque, que ainda não tinha segurança biológica suficiente para ser administrado para a população propriamente estadunidense.

Para compreender de maneira completa a conjuntura que possibilitou que essa experiência fosse realizada é necessário recuperar um pouco da história de Porto Rico. A realidade porto-riquenha é um exemplo da sobreposição direta e brutal do domínio colonial para o contexto imperialista estadunidense. Essa especificidade fez com que a dominação estadunidense em Porto Rico usasse de articulações entre “(...) instituições de longa duração de colonialismo tradicional com os mecanismos neocoloniais contemporâneos.” (PROENÇA, SECCO, 2019, p. 253), ou seja, a massa de trabalhadores escravizados passou a integrar o trabalho assalariado de maneira rápida e precarizada.

Além disso, o histórico de subjugação de Porto Rico, enquanto povo e território, em relação aos Estados Unidos, e o fato dessa região ser uma ilha de aproximadamente 3,2 milhões de habitantes, torna-a um alvo interessante para experimentos farmacológicos e científicos de maneira geral. Tanto por ser menor em termos populacionais e territoriais e proporcionar, portanto, uma área de aplicação de pesquisa com sujeitos mais facilmente acessíveis e concentrados, como pelo fato da população recém liberta ter pouquíssimo acesso à informação e depender majoritariamente das ações estadunidenses para a sua sobrevivência (como dependiam, por exemplo, as mais de 1.500 mulheres submetidas ao teste de Pincus e Rock).

É importante ressaltar outra especificidade que torna Porto Rico uma realidade favorável para trazer à luz as conexões entre a dominação sexual e a dominação capitalista. Embora Porto Rico seja um território estadunidense, assim como existiram e existem inúmeras outras colônias e metrópoles na história mundial, na ilha há uma realidade muitíssimo diferente que nos Estados Unidos, tanto em termos de condições econômicas de desenvolvimento, como

em termos de cultura, ideologia e tradição. Os movimentos feministas que surgiam de maneira mais latente e organizada nos Estados Unidos dos anos 1960 (que lutavam pela liberdade sexual e reprodutiva), por exemplo, não apareciam em Porto Rico de modo articulado. Isso certamente facilitou o ingresso dos ideais de controle populacional e de controle dos corpos femininos, através dos testes farmacológicos da Pílula e dos programas de esterilização forçada.

Além disso, o clima generalizado de moralidade sexual dos Estados Unidos relacionado, principalmente, ao controle da natalidade antes dos anos 1960, fez com que Rock e Pincus (os pesquisadores responsáveis pelos estudos com a Pílula em Porto Rico) escolhessem Porto Rico como o melhor local para o teste clínico humano da Pílula (SHAMOO, 2022), onde a moralidade estadunidense não alcançava a população de maneira geral e onde havia outras tradições e cultura.

Enquanto território não incorporado dos Estados Unidos, Porto Rico sofreu mudanças estruturais significativas relativas à sua economia a partir da Grande Depressão, na década de 1930. Como ainda era guiada por uma lógica colonial de produção estrita em relação à metrópole estadunidense, a ilha caribenha teve de diversificar a sua produção de commodities (antes centrada no cultivo da cana de açúcar). Isso resultou, nos próximos anos, em uma política chamada “Operation Bootstrap” que buscava industrializar Porto Rico a partir de incentivos altamente desvantajosos para a ilha e interessantíssimos para os empreendimentos privados estadunidenses.

Essas mudanças, e o modo como elas ocorreram, na economia Porto-riquenha são importantes para perceber tanto o grau de dependência de Porto Rico em relação ao império estadunidense, como para situar historicamente o caso dos testes da Pílula na ilha. O processo de legitimação da esterilização enquanto política pública em Porto Rico, que foi o que deu o amparo legal, estatal e estrutural aos testes realizados por Pincus e Rock (cujas participantes seriam submetidas a exames periódicos realizados nessas clínicas), teve um início marcado pela Lei 136 promulgada em maio de 1937, que tornava legal a esterilização eugênica:

A lei 136 de Porto Rico enumerava diversos casos, a respeito da condição dos progenitores, em que a prática de contracepção eugênica – incluindo aborto e esterilização – eram não apenas permitidas, como também recomendadas. Estes casos eram, por exemplo: pobreza orgânica, síndrome mental, vícios em drogas, criminosos, entre outros. (PROENÇA, SECCO, 2019, p.250).

Assim, a conjuntura que possibilitou a realização dos testes da Pílula em Porto Rico pode ser resumida em dois aspectos-chave: i) os discursos eugênicos em voga e a disseminação

de políticas de limpeza racial; e, ii) as necessidades econômicas estadunidenses a partir da Grande Depressão. Proença e Secco fazem conexões importantes entre esses dois aspectos, trazendo dados relativos à coincidência entre o aumento da instalação de fábricas e indústrias em Porto Rico e o aumento de esterilizações entre os anos 1950 e 1970⁸. Outra pesquisa expõe um *survey* realizado pelo Governo estadunidense em 1956, que demonstrou que entre as mulheres portorriquenhas com menos de 50 anos haveria mais de um terço de mulheres esterilizadas (SHAMOO, 2022).

Essas estatísticas assustadoras parecem indicar a realidade de que havia um evidente interesse estadunidense em controlar a reprodução sexual em Porto Rico. Os testes da Pílula, apelidada “Enovid” pelos seus criadores, começaram pelas motivações listadas anteriormente: facilidade de controle da população por Porto Rico ser uma ilha, ser uma região com alta densidade populacional etc. Além disso, é sabido que nos anos em que a pesquisa foi realizada, as normas de consentimento eram menos duras que atualmente, a maior parte dessas mulheres tinha o espanhol como língua nativa (sendo os termos de consentimento em inglês) e encontrava-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que evidentemente dificultaria a obtenção de consentimento informado⁹:

Em 1956, o primeiro teste clínico humano de larga escala para a pílula anticoncepcional foi desenvolvido em Porto Rico. Esse passo foi crucial para o desenvolvimento da pílula naquele momento, mas os testes conduzidos em mulheres Portorriquenhas foram realizados sem consentimento informado. Elas eram informadas que a droga prevenia a gravidez, não que a droga era experimental ou que elas poderiam experimentar efeitos colaterais potencialmente perigosos. (PLANNED PARENTHOOD)

Os estudos realizados por Pincus e Rock, como descritos pelos mesmos (PINCUS, ROCK, et al, 1958), foram realizados em mais de 1.500 mulheres portorriquenhas casadas “da população de baixa renda [e, pelo menos 250 dessas mulheres] vivendo em um projeto de desenvolvimento habitacional em uma área de remoção de favelas” (RICE-WRAY, E. 1957 apud PINCUS, ROCK et al, 1958). As pílulas eram entregues via trabalhadores sociais, que

⁸ Os autores colocam que nesse período foram abertas mais de 1.000 unidades fabris e que a porcentagem total de mulheres portorriquenhas esterilizadas em relação a população total de mulheres aumentou de 7% para 35,5%. Para compilação completa dos dados ver: “De Proença, M. P., & Secco, L. (2021). Woman and reproduction: sterilization in Puerto Rico. *Tensões Mundiais*, p. 249-276.”

⁹ O consentimento informado é uma categoria de consentimento utilizada para descrever quando um paciente de determinado procedimento médico é informado dos detalhes do procedimento a que será submetido, está equipado de todas as ferramentas de compreensão necessárias para entender o que ocorrerá com o seu corpo e tem autonomia para decidir se irá prosseguir ou não.

faziam visitas periódicas as casas das mulheres e deveriam consultá-las a respeito de possíveis efeitos colaterais, em relação ao período do seu ciclo menstrual, a frequência com que tinham relações sexuais e a quantidade de pílulas que não haviam tomado (por esquecimento, efeito colateral forte etc.). A idade das mulheres do estudo variava entre 16 e 44 anos (a maior parte tendo entre 20 e 24, seguida por aquelas mulheres que tinham entre 25 e 29 anos de idade).

A divulgação da Pílula era de 100% de efetividade, o que se mostraria verdade por conta dos níveis insalubres e altíssimos de hormônios. Shamoo traça uma comparação interessante em relação aos métodos anticoncepcionais da atualidade:

(...) Enovid tinha 10.000 microgramas de progesterona e 150 microgramas de estrogênio; a pílula usada hoje em dia contém entre 50-150 microgramas de progesterona e 20-50 microgramas de estrogênio. (SHAMOO, p. 520-521, 2022).

O que não foi amplamente usado para a divulgação da Pílula para as portorriquenhas, no entanto, foram as informações que os testes clínicos anteriores haviam trazido a respeito dos efeitos colaterais gravíssimos que Enovid provocava. Entre eles estavam dor pélvica, náusea, vômito, aumento de propensão à trombose, sangramentos vaginais irregulares, dor nas mamas entre outros. Além das participantes do estudo serem obrigatoriamente submetidas a testes médicos invasivos e em condições de consentimento duvidosas:

Todo dia, participantes deveriam ter as suas temperaturas medidas e serem submetidas à ‘raspagem vaginal’¹⁰. Todo mês, os seus colos de útero eram dilatados e o material uterino era coletado. Em alguns casos, mulheres eram submetidas a laparotomias, que consistem em uma grande incisão para expor a cavidade abdominal, para que os pesquisadores possam observar os seus ovários em tempo real. (PENDEGRASS, RAJI, 2017)

Apesar dos relatos demonstrarem que havia uma inclinação à participação dos testes por parte das mulheres portorriquenhas, afinal, tratava-se de fornecimento gratuito (em termos financeiros) de anticoncepcionais de efeito aparentemente reversível, é difícil argumentar a favor da ética dessa experiência. Isso pois, ao mesmo tempo que encontrar sujeitos para aderirem a pesquisa não fosse difícil, era complicado manter essas mulheres ativas nos testes a médio prazo. Os próprios Pincus e Rock, em um artigo científico, relatam que entre 18 e 22% das mulheres desistiram de participar por conta dos efeitos colaterais severos que estavam sofrendo durante o uso de Enovid (PINCUS, ROCK, 1958; PENDEGRASS, RAJI, 2017).

¹⁰ Em inglês: “vaginal smear”. Trata-se de um procedimento médico que provoca a raspagem de células do colo do útero ou da vagina para análise laboratorial.

Ademais, após a conclusão dos testes, quando a Pílula foi oficialmente colocada no mercado, com aprovação do FDA (Food And Drug Administration) tanto no território estadunidense como no seu território acoplado, o preço era alto. As mulheres porto-riquenhas que participaram dos testes, muitas vezes atendidas por programas de moradia social e assistências diversas, não tinham condições de bancar o uso contínuo de Enovid, medicamento que elas próprias haviam ajudado a colocar no mercado através da sua participação nos testes (PENDEGRASS, RAJI, 2017). Ou seja, os argumentáveis benefícios que as portorriquenhas ganharam ao utilizar a pílula, como contracepção reversível, liberdade sexual etc. puderam ser aproveitados apenas enquanto a droga era insegura, após a sua aprovação o seu uso foi restrito pelo alto custo. Pode-se traçar aqui o começo de uma conexão entre impossibilidade de uso de tratamentos anticoncepcionais reversíveis (pelo alto custo) e o advento da esterilização forçada enquanto política pública de planejamento familiar.

Mesmo que a esterilização pareça uma medida séria, por seu caráter irreversível, a condição financeira das mulheres portorriquenhas alvos dessas políticas de controle populacional, as impossibilitava de adquirir o remédio anticoncepcional reversível. Visto isso, era mais economicamente vantajoso para o Estado estadunidense bancar histerectomias de caráter terminante, do que financiar ciclos e ciclos de pílulas anticoncepcionais (que necessitavam de uso contínuo e disciplinado) para milhares de mulheres portorriquenhas. A esterilização parecia o caminho mais simples para conquistar um objetivo chave dos Estados Unidos: o controle da reprodução e, portanto, dos gastos envolvidos com a manutenção de uma população pobre que dependia do Estado para a sua sobrevivência.

Já foi colocado que as esterilizações como política de controle populacional estabelecidas pelo Estado estadunidense em relação às mulheres portorriquenhas começam de maneira sistemática a partir da Lei 136. Mesmo que a esterilização fosse a escolha de algumas mulheres como método de soberania reprodutiva, é inegável que essa escolha tenha sido atravessada pelas dificuldades de encontrar condições de trabalho que possibilitassem as suas existências como, além de trabalhadoras, mães e chefes de família. Para além da dificuldade financeira evidente em arcar com os custos de medicamentos contraceptivos que ainda marcavam uma entrada incipiente no mercado, como era o caso de Enovid. Adicionalmente, é essencial colocar que a coerção nos casos de esterilização dessas mulheres, foi (e é) notado de maneira insistente pela bibliografia:

(...) mesmo que algumas mulheres tenham escolhido a esterilização como forma de planejamento familiar, a coerção era frequente, com um dos hospitais se recusando a

atender mulheres para o seu quarto parto ao menos que concordassem com o procedimento de esterilização. (SHAMOO, 2022, p. 520)

É possível perceber, através dessas experiências em Porto Rico, a relação de opressão, controle e violência estabelecida entre os Estados Unidos e a população porto-riquenha. Além dos entraves coloniais e imperialistas evidentes pela condição de Porto Rico enquanto território do domínio estadunidense, o estabelecimento de políticas de controle dos recursos da ilha passou pela dominação sexual das mulheres nativas. Ou seja,

A integração ou dominação formal e, logo, concreta dos recursos naturais de Porto Rico aos circuitos do capital, particularmente do capital nacional estadunidense, foi então mediada não só pelas práticas produtivas e uso de recursos típicos do capital, senão ademais, por diversas práticas culturais estadunidenses e portorriquenhas (...) (RODRIGUEZ, 2015, p. 130-131)

Assim, tudo indica que as políticas de “ajuda” e “assistência” social foram utilizadas muitas vezes enquanto máscara de um processo complexo de integração de Porto Rico à lógica estadunidense, como uma colônia moderna. Sendo os corpos das mulheres porto-riquenhas violadas por esses procedimentos e experimentos, meros instrumentos de controle populacional para o capitalismo estadunidense. A opressão de gênero e sexualidade parece, portanto, estar indubitavelmente conectada com a exploração capitalista estadunidense.

3.2 A esterilização forçada de mulheres indígenas nos Estados Unidos

A luta pelo direito à terra e pelo reconhecimento da soberania dos povos indígenas é recorrente em muitos países ao redor do mundo. A maneira como o Estado estadunidense lidou e lida com as populações indígenas tem sido um grande exemplo de negação de direitos humanos, irresponsabilidade e em última instância, genocídio. A luta de mulheres indígenas estadunidenses contra essas determinações, principalmente através da WARN (Women of All Red Nations – Mulheres de Todas as Nações Vermelhas), tem, ao longo dos últimos 50 anos, trazido à luz muitos dos crimes cometidos contra povos indígenas nos EUA.

A WARN foi criada nos anos 1970 por lideranças indígenas femininas, com destaque para Lorelei D. Means e Madonna Thunderhawk, principalmente após elas perceberem a insuficiência do AIM (American Indian Movement – Movimento Indígena Americano) para combater todas as categorias de opressão ligadas aos povos indígenas, sobretudo aquelas atreladas a violência de gênero. O objetivo era ter um movimento indígena amplo, que tivesse

atenção à todas as demandas que atravessavam uma comunidade diversa em gênero, cultura e tradição.

Ainda nos anos 1950 houve uma mudança estrutural nos aparatos estatais ligados à prestação de assistência a povos indígenas nos Estados Unidos. Principalmente quando o PHS (U.S Public Health Service – Serviço Público de Saúde dos EUA) passa a ser responsável pelo cuidado da saúde indígena, com a fundação do IHS (Indian Health Service – Serviço de Saúde Indígena) em 1955. Ao mesmo tempo em que isso foi uma medida para melhor regulamentar o acesso de indígenas aos seus direitos ligados à saúde e aos mecanismos de amparo estatal, a maneira como os povos indígenas foram incluídos nas políticas públicas foi truculenta. Uma aproximação do Estado estadunidense parecia inegavelmente significar um maior controle do Estado sobre os corpos indígenas, principalmente das mulheres, como veremos a frente.

O caso das esterilizações forçadas de mulheres indígenas (de inúmeros povos) nos Estados Unidos é revelado principalmente a partir da criação da WARN, que havia percebido o avanço das políticas de controle sexual das mulheres indígenas com o advento do IHS. Essas mulheres eram especialmente vulneráveis por ocuparem categorias étnicas e realidades sociais que as diferenciavam, e muito, de outras minorias (TORPY, p.1, 2000). Dessa maneira, tornaram-se alvos fáceis para o IHS, que funcionava de acordo com a ideologia vigente:

Muitos médicos, funcionários públicos e planejadores ligados a empresas da área de saúde sentiam que a esterilização consistia em um método barato e permanente de controle populacional, reduzindo a pobreza, e assegurando quem poderia ter o direito de reproduzir. (TORPY, 2000, p. 12)

As estratégias para a aplicação dessas esterilizações eram variadas, mas os agentes de saúde do IHS valiam-se principalmente da desinformação das mulheres indígenas em relação às consequências desse procedimento, e do uso de má-fé, aplicando termos de consentimento enganadores. Muitas mulheres ao serem encaminhadas para procedimentos esterilizantes assinavam documentos de consentimento que indicavam que o procedimento era medicamente necessário, quando, na verdade, tratava-se de um procedimento opcional: “Médicos do IHS também usavam o mesmo documento de consentimento para esterilizações obrigatórias por razões médicas que usavam para esterilizações voluntárias.” (PETERS, 2018, p. 3) Além do uso desses termos de consentimento enganosos, as regulamentações federais estadunidenses exigem que às mulheres submetidas a histerectomia seja concedido um período de 72h entre o consentimento e o procedimento cirúrgico, o que não ocorria (JARVIS, 1977, p. 30).

Ou seja, além da aplicação dessa política de controle populacional ser inerentemente alienante (por usurpar a soberania reprodutiva de mulheres indígenas e instrumentalizar a sua reprodução para interesses capitalistas estadunidenses) e de caráter colonial, o IHS rompeu com a lógica do consentimento informado, falhando em explicar para essas mulheres os riscos e o caráter permanente das cirurgias esterilizantes:

Assim, a esterilização involuntária de mulheres indígenas Americanas é um ato de violência sexual cometido pelo Governo Federal dos Estados Unidos, através do IHS, e assim pode ser interpretado como a continuação da existência do colonialismo. (PETERS, 2018, p. 12).

Para além dos problemas listados acima, ainda existem os casos de histerectomias e procedimentos esterilizantes realizados sem nenhum conhecimento das vítimas. A estratégia de realizar a histerectomia como um passo adicional de outra cirurgia “(...) como parto por cesárea ou cirurgias de apendicite” (BOLTON, UNGER, 2019, p. 15) era bastante comum. Assim, as vítimas, muitas vezes, saíam de procedimentos cirúrgicos sem saber que o seu útero havia sido removido, descobrindo, por vezes, anos depois quando tentavam engravidar e não conseguiam.

O site “Native Voices: Native People’s Concept of Health and Illness”, anexo do site oficial do Governo estadunidense “National Library of Medicine” possui um arquivo bastante completo das relações entre povos indígenas estadunidenses e saúde. Dentro da linha do tempo divulgada por Native Voices é possível aferir que entre 1973 e 1976 há registro de 3.406 mulheres indígenas que foram esterilizadas sem consentimento informado pelo IHS.

Outra fonte importante, além da própria WARN, foram as pesquisas independentes realizadas pela médica Connie Redbird Pinkerman-Uri, que, após ser confrontada pessoalmente com um caso de esterilização forçada,¹¹ passou a realizar estudos a respeito dessas violências estatais contra as mulheres indígenas. Entre as suas descobertas, Dra. Uri trouxe à luz a sua estimativa de que haveriam menos de 100.000 mulheres indígenas em idade fértil não esterilizadas nos EUA.

A WARN foi a organização que mais consistentemente se posicionou a respeito da necessidade de combater as esterilizações forçadas como maneira de proteger o futuro e o presente indígena estadunidense. Além de promoverem ações de divulgação, as ativistas desse

¹¹ A Dra. Uri conta, em entrevista ao “Akwesasne Notes”, que na sua clínica atendeu uma mulher indígena que procurava um “transplante de útero”. Ao informar a paciente que tal transplante não existia e que a histerectomia que havia sofrido de maneira não consensual era um procedimento permanente, a vítima contou a sua história; o que propulsionou Dr. Uri a investigar e constatar que esse não era um caso isolado.

grupo compilaram dados através de pesquisas e entrevistas que demonstravam a sua compreensão de que as esterilizações forçadas seriam uma estratégia para o extermínio dos povos indígenas estadunidenses: “Controlar nossa terra seria muito mais fácil se diminuíssemos em número. Nós precisamos pensar muito sobre manter o nosso direito de dar vida à próxima geração.” (BOLTON, UNGER, 2019, p. 14 apud WARN). As conexões que essas ativistas já faziam entre o avanço do Estado capitalista estadunidense e as políticas de esterilização forçada confirmam a pertinência da presente tentativa de demonstrar esse enlace teórico entre exploração e opressão.

O fato é que, entre os anos 1950 e 1970, as políticas de controle populacional relacionadas a povos indígenas estadunidenses alavancaram de maneira exponencial. Mulheres que antes tinham, dentro das suas comunidades, direitos reprodutivos ligados a práticas de saúde tradicionais e preocupação com manutenção de tradição e herança, enfrentaram uma mudança brusca a partir do momento que o Estado assume o controle da saúde indígena de maneira sistemática com o IHS. Sem acesso apropriado a informação sobre os procedimentos contraceptivos, elas se tornariam vítimas de um movimento maior, que através da institucionalização da eugenia, buscava reduzir a população indígena ao máximo; enxugando assim, os custos operacionais de manter essas pessoas sob controle do Estado.

Entre as violências sofridas a partir do movimento desencadeado pela fundação do IHS é importante frisar as seguintes: i) documentos enganosos que indicavam que histerectomias seriam medicamente necessárias, quando na verdade eram opcionais; ii) negligência ao direito de 72h entre o consentimento e o procedimento cirúrgico de esterilização; iii) negligência em informar as pacientes do caráter permanente das cirurgias esterilizantes; e, iv) cirurgias de histerectomia realizadas sem conhecimento da paciente junto com alguma outra cirurgia (como cesariana ou remoção de apêndice).

A partir das experiências de violência e violação das mulheres indígenas estadunidenses, principalmente após a oficialização das políticas de eugenia via IHS, é possível perceber a importância das políticas de controle sexual para manutenção do *modus operandi* capitalista estadunidense.

3.3 A esterilização forçada de mulheres latinas nos Estados Unidos

A relação entre Estados Unidos e países latino-americanos, de modo geral, é historicamente pautada por exploração e neocolonialismo. Após o final do domínio europeu

colonial em relação ao continente americano, os EUA passaram a promover estratégias de extensão territorial, intervenção e financiamento de intervenção militar, entraves e acordos econômicos desvantajosos para os países latinos.

Assim como povos e Estados latino-americanos têm sua soberania atacada por esses mecanismos: sujeitos latinos que imigram para os Estados Unidos têm enfrentado historicamente inúmeras opressões. Mulheres latino-americanas imigrantes são um dos alvos mais cotados pelas políticas de repressão e controle estadunidenses, esses indivíduos que acumulam atravessamentos ligados à categoria de raça, classe e gênero. Principalmente aquelas mulheres que se encontram detidas pelas forças atualmente institucionalizadas como ICE (Immigration and Customs Enforcement – Imigração e Fiscalização Alfandegária), por estarem em condição de ilegalidade no território estadunidense.

Já nas primeiras leis federais referentes a imigração, descritas pelo Ato Page de 1875, é possível identificar como a legislação imigratória estadunidense foi formada: “(...) para refletir o interesse da nação em controlar a entrada de pessoas com capacidade reprodutiva em uma tentativa de manter a sua hegemonia cultural e política.” (PEPE, SAADI, MOLINA, 2023, p. 805). A partir de 1891, com o Immigration Act, a legislação referente a imigração tornou-se muito mais centralizada no Governo Federal (em comparação ao caráter prévio extremamente local) além de ter expandido a lista de pessoas indesejáveis em relação a imigração: criminosos, poligâmicos, “idiotas”, insanos, paupérrimos, pessoas com doenças infecciosas, por exemplo, não se encaixavam (SOCIETY, I., 2019).

Já no final dos anos 1800, especificamente em 1892, é aberta a primeira instituição de detenção de imigrantes oficial nos Estados Unidos, a “Ellis Island Immigration Station” em Nova Jersey. A partir daí, foram sendo abertas outras instituições semelhantes até que, depois dos eventos do 11 de setembro de 2001, foi institucionalizado o “Homeland Security Departament” (Departamento de Segurança Doméstica), que foi dividido em diferentes organizações responsáveis pela compartimentalização e execução de diferentes medidas de proteção nacional, entre elas os ICE. O vídeo institucional do ICE descreve a missão deste departamento como: “(...) proteger a pátria por meio da prisão e remoção de estrangeiros que comprometem a segurança das comunidades da nossa nação e a integridade das leis de imigração dos EUA.” (EUA, 2025).

A promessa de “proteção” e “segurança” dos interesses nacionais executada pelo Estado estadunidense a partir de políticas opressivas e violentas de detenção de imigrantes é

evidenciada pela literatura (LAWRENCE, 2014; DAVIS, 2022; RAHMAN, 2022). A posição das mulheres imigrantes, como já demonstrado acima, torna-as especialmente vulnerável a todo tipo de violência institucionalizada. Além disso, o papel dessas mulheres em relação a reprodução geracional dessas populações migrantes, coloca-as no centro da contradição do capitalismo estadunidense. Isso, pois ao mesmo tempo em que promovem a renovação da força de trabalho através da geração e criação de filhos, oneram o Estado, já que constituem populações minoritárias que dependem desse Estado para a sua sobrevivência.

Assim, os programas de esterilização forçada, de eugenia e de controle populacional (de populações específicas) tornaram-se instrumentos imprescindíveis para a formulação e execução da legislação referente a imigrantes no território estadunidense: “proibindo a sexualidade feminina e as suas capacidades produtivas, o Estado poderia limitar o crescimento populacional de certos indivíduos” (LAWRENCE, 2014, p. 16). Os relatos são múltiplos e se assemelham muito às experiências das mulheres indígenas estadunidenses.

Apesar de se encontrarem em situações diametralmente opostas: ocupantes nativas do território estadunidense vs. imigrantes de outros países para o território estadunidense, os depoimentos parecem ser os mesmos em muitos desses casos. Entre os abusos registrados nos ICEs estão: histerectomias sem explicação do procedimento na linguagem nativa da paciente, muitas mulheres sabendo apenas após a cirurgia que seus úteros haviam sido removidos (DAVIS, 2022), histerectomias justificadas através da superestimação médica dos riscos das condições de saúde das mulheres (RAHMAN, 2022) e negligência ao direito à tradutores disponíveis no atendimento médico para as pacientes (RAHMAN, 2022).

Apesar dos abusos listados acima terem ocorrido majoritariamente no século XX, em instituições que precederam os ICE, os programas de esterilização nos Estados Unidos continuam tendo ferramentas de articulação e atuação ainda hoje. Principalmente naqueles contextos de mulheres em situação de vulnerabilidade social, dependentes de assistência do Estado para a sua subsistência: “mulheres pobres e minorias foram alvejadas, especialmente através de programas sociais e de saúde financiados pelo governo, como Medicaid” (LAWRENCE, 2014, p. 16).

No século XXI há ainda alguns relatos do sistema de imigração estadunidense enquanto mecanismo do projeto de esterilização forçada dessas mulheres. Recentemente, em 2020, uma enfermeira denunciou o Irwin County Detention Center (Centro de Detenção Irwin County) por, entre outros abusos, manter taxas altíssimas de histerectomias “(...) várias enfermeiras

questionaram o número de mulheres submetidas ao procedimento assim como a sua habilidade de compreendê-lo completamente e consentir de maneira informada” (TREISMAN, 2020).

Segundo alguns autores, a retomada de programas de esterilização e outros abusos relacionados a imigrantes nos Estados Unidos podem ser relacionados com as novas políticas de imigração a partir do onze de setembro:

Essa virada legislativa e judicial que ocorreu após o 11 de Setembro criou espaços clandestinos dentro de centros de detenção, onde autoridades executivas das políticas de imigração poderiam agir com impunidade e continuar práticas que infringem a autonomia corporal de imigrantes. (PEPE, SAADI, MOLINA, 2023, p. 806)

A partir desses dados é possível inferir que o controle populacional de imigrantes tem sido uma estratégia histórica do capitalismo estadunidense executada principalmente através dos órgãos vinculados ao Homeland Security Department, com a fachada de proteção dos interesses nacionais.

O caso da esterilização de mulheres latino-americanas presas em instituições de detenção para imigrantes é importante pois demonstra uma contradição essencial do capitalismo estadunidense. Sendo a mão de obra latino-americana uma parte essencial da economia capitalista, através da sua incorporação em empregos de baixa remuneração, a regulamentação do crescimento populacional desse grupo é importantíssima para os Estados Unidos; ao mesmo tempo, como esses trabalhadores são de baixa renda, muitos necessitam do acesso a políticas estatais de assistência. Assim, essas mulheres são concomitantemente a chave para geração e criação de uma classe trabalhadora pauperizada, e são potencialmente geradoras de ônus para os cofres ianques (pelo mesmo motivo). Seja quando há um incentivo para que esse grupo renove a classe trabalhadora, seja quando há a necessidade de diminuição das natalidades, são as mulheres latinas que pagam o preço.

Referente ao caso de mulheres abrigadas em instituições estatais (como nos ICE), a situação se agrava, pois são mulheres impedidas de entrarem no mercado de trabalho, completamente dependentes do Estado para a sua sobrevivência. Ou seja, a sua capacidade gestacional é enxergada apenas como ônus ao Estado. Por isso, o controle e garantia de esterilidade sobre seus corpos é tão importante para manter os gastos federais com assistência social enxutos.

Conclusão

Esta pesquisa partiu de alguns pressupostos teóricos que guiaram as investigações acerca das relações entre a exploração capitalista e outras opressões (principalmente a opressão de gênero, mas também raça e territorialidade). Partir de Offe e Gramsci foi essencial para que pudéssemos olhar o Estado estadunidense como Estado capitalista e concomitantemente indissociável da superestrutura. Apesar da dificuldade teórica que relatamos, durante o estudo, a análise histórica do recorte temporal escolhido (1930-1970) mostrou que é intuitiva a inserção da mulher nas discussões relacionadas a legitimidade e políticas públicas do Estado estadunidense. Muitas vezes, quando se fala em opressões e não apenas em exploração capitalista, os limites teóricos dificultam ligações intuitivas entre gênero e capitalismo.

As experiências de controle de natalidade por meio de testes farmacológicos e esterilizações forçadas realizadas pelo Estado estadunidense em mulheres de grupos minoritários são, pela sua frequência e caráter sistemático, evidentemente importantes para compreender o sistema capitalista ianque. Alguns fatos relatados nos casos são importantes para chegar a essa conclusão: i) a coincidência do aumento de esterilizações com o aumento de instalações de fábricas e indústrias em Porto Rico entre os anos 1950 e 1970; ii) a coincidência entre o fim dos testes da Pílula (medicamentos bancados por investimentos privados) e o aumento de esterilizações forçadas em Porto Rico (o Estado como responsável por garantir controle populacional, e buscar a forma mais duradoura e barata de fazê-lo); iii) o estabelecimento da esterilização enquanto prerrogativa para partos de mulheres portorriquenhas realizados em clínicas públicas; iv) a coincidência entre o advento do IHS e o avanço estatal sobre terras indígenas estadunidenses; v) a coincidência entre as esterilizações de mulheres latino-americanas nos EUA em uma conjuntura de cortes de gastos estatais estadunidenses após o inchaço do Estado com as políticas de bem-estar social.

Não há dúvidas que as relações teóricas entre as opressões de gênero e de classe sejam ainda pouco exploradas de maneira produtiva, mas a realidade prova caso após caso que existem conexões impossíveis de ignorar entre essas categorias de opressão. Afinal, o avanço do sistema capitalista estadunidense, e o avanço do Estado estadunidense enquanto conselheiro do grande Capital ianque, convergiu em relação ao avanço de políticas de controle populacional relativas a populações minoritárias dependentes da assistência social.

A investigação desses estudos de caso indicou, entre outras coisas, a importância inegável do feminismo marxista para pensar em um futuro revolucionário. Não há possibilidade de avanço, tanto dos movimentos comunistas internacionalistas, como dos movimentos feministas, sem pensar em uma teoria unitária. Uma realidade extremamente complexa exige um esforço teórico a sua altura. Resgatar pesquisadoras da Teoria da Reprodução Social, como Lise Vogel, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser, Angela Davis, Salar Mohandesi, Emma Teitelman, entre muitas outras, é imprescindível para todos aqueles que lutam por um futuro livre e feliz para todas as pessoas. Gênero, sexualidade e raça são categorias indispensáveis para formular uma teoria política comunista, crítica e de qualidade.

As três experiências observadas na presente pesquisa foram algumas entre muitas, incluindo os casos de esterilizações em instituições carcerárias, esterilizações da juventude negra e pobre estadunidense, esterilizações em institutos de saúde mental, e muitos outros que ainda não receberam a devida atenção da academia. O que todos esses casos têm em comum, no entanto, é o entrelaçamento de inúmeras categorias de opressão (raça, saúde física e mental, nacionalidade, etnia, gênero, sexualidade etc.) inevitavelmente ligadas à questão de classe. O capitalismo tem como uma de suas armadilhas a setorização das lutas minoritárias, ao fazer invisível o caráter de classe das opressões e incentivar lutas dentro do limite democrático ligadas a cada grupo oprimido de maneira específica. Esses casos nos ensinam o quanto isso é prejudicial para uma avaliação sistemática da esquerda radical a respeito da realidade material como ela é.

Entre tantas diferenças, as opressões enfrentadas pelas mulheres desses três casos distintos foram muito semelhantes. Em todos os casos houve esterilizações forçadas, uso de má fé com termos de consentimento ilegítimos e uso de coerção direta. As discussões estabelecidas pela WARN a respeito de como o direito à liberdade reprodutiva e direito a reposição geracional das mulheres e comunidades indígenas, contraposto a necessidade do Estado capitalista de contenção e docilização de suas populações, são discussões comuns a todos os movimentos feministas de caráter comunitário. São discussões também estabelecidas por Angela Davis (DAVIS, 2016), ao pensar as diferenças entre as políticas de natalidade entre mulheres negras e mulheres brancas nos Estados Unidos; e, são discussões estabelecidas por aquelas pesquisadoras que investigam o caráter eugênico das políticas de imigração estadunidense, controlando a entrada de pessoas com capacidade reprodutiva (PEPE, SAADI, MOLINA, 2023).

Ou seja, há, não apenas uma evidência conhecida de que as esterilizações forçadas e as políticas de eugenia estadunidenses têm uma relevância forte para as comunidades afetadas por essas iniciativas; como há uma evidência, menos estudada, de que o Estado estadunidense tinha e tem interesses diretamente capitalistas com essas políticas. Nesse estudo conseguimos evidenciar com clareza as seguintes conexões: corte de gastos com assistência social, avanço territorial sobre as terras indígenas estadunidenses e controle do índice de crescimento da classe trabalhadora latino-americana. Mais do que qualquer outra coisa, as políticas evidenciadas por esse estudo são pistas para o que acredito, ser uma conexão importante entre avanço do sistema capitalista e controle da reprodução social, que desejo investigar com mais intensidade ao longo da minha trajetória acadêmica.

O presente estudo demonstra a tese delineada de que o impacto de políticas de controle de natalidade e controle de reprodução em comunidades minoritárias, dependentes do Estado estadunidense para a sua sobrevivência, é indiscutivelmente intencional e grave. Principalmente por trazer luz às necessidades conjunturais do estado estadunidense ligadas ao controle e docilização da população excedente, assim como de controlar os gastos públicos com políticas assistencialistas. A análise das décadas do recorte definido pelo presente estudo indica contradições acentuadas do capitalismo estadunidense ligadas à reprodução social; e demonstram, portanto, a centralidade das atividades ligadas à reprodução social para a permanência do sistema capitalista.

O estudo desses casos sugere que os corpos com capacidade reprodutiva estão no centro da contradição do capitalismo. Além disso, que os movimentos feministas liberais, desarticulados de concepções como classe e raça, têm sido incapazes de lidar com essas contradições de maneira produtiva. O arcabouço teórico que os feminismos liberais possuem é definitivamente insuficiente para compreender a complexidade da opressão das mulheres. Assim, é possível afirmar que as necessidades econômicas ditadas pela necessidade do lucro estadunidense têm interferência direta naquelas políticas ligadas a superestrutura: as políticas ligadas à assistência social (evidentes no processo de estabelecimento do Estado de bem-estar social estadunidense) são indissociáveis da necessidade desse Estado proteger a reprodução social e mitigar as contradições da reprodução do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. **A theory of Capitalist Regulation: The US Experience**. Verso, 2015.
- ALEXANDRA, M. S. Sterilized in the Name of Public Health: Race, Immigration, and Reproductive Control in Modern California. **American Journal of Public Health**, p. 1128-1138, 2005.
- ARCOS, J. C. Neomalthusianismo, guerra fría y redes evangélicas transnacionales em la guerra contra el hambre, Chile (1960-1970). **Secuencia**, n. 111, 2021.
- BHATTACHARYA, T. (Org.). **A teoria da reprodução social: porque o trabalho de cuidado é central para o capitalismo**. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BOLTON, M.; UNGER, N. C. Barren Lands and Barren Bodies in Navajo Nation: Indian Women WARN about Uranium, Genetics, and Sterilization. In: **Medicine and Health Care in the Countryside: Historical Approaches and Contemporary Challenges**. [S.l.]: [s.n.], 2019. p. 373-392.
- COOPER, M. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Nova York: Zone Books, 2017.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, C. O inimigo principal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, 2015.
- DE PROENÇA, M. P.; SECCO, L. Woman and reproduction: sterilization in Puerto Rico. **Tensões Mundiais**, p. 249-276, 2021.
- FREEDOM FOR IMMIGRANTS. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.freedomforimmigrants.org/>. Acesso em: 6 set. 2025.
- GRAMSCI, A. **A revolução contra o Capital**. [S.l.]: Marxists.org, 1917. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 6 set. 2025.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: caderno 1 [XVI]: 1929-1930**. Rio de Janeiro: Rocco Lacorte, 2024.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: caderno 4 [XIII]: 1930-1932**. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: caderno 6 [VIII]: 1930-1932**. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: caderno 7 (VII): 1930-1932**. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.

- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: caderno 8 (XXVIII): 1931-1932**. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- IMMIGRATION AND SOCIETY. **Immigration History**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://immigrationhistory.org/item/immigration-act-of-1891/>. Acesso em: 6 set. 2025.
- JARVIS, G. M. The Theft of Life. **The Akwesasne Notes**, p. 30-32, 1977.
- KATZ, M. B. **In the Shadow of The Poorhouse**. Basic Books, Inc., Publishers, 1986.
- LAWRENCE, M. **Reproductive Rights and State Institutions: The Forced Sterilization of Minority Women in the United States**. 2014. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Trinity College, Trinity College Digital Repository, [S.l.], 2014.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. [Correspondência]. Destinatário: Pavel V. Annenkov. Paris, França, 28 de dezembro de 1846.
- MCKIBBAN, A. **Involuntary Sterilization. History Workshop: (Un-silenced) Institucional Sexual Violence**, 25 fev. 2022.
- NATIVE VOICES. **Native's People Concept of Health and Illness**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.nlm.nih.gov/nativevoices/timeline/664.html?_gl=1_lvt3kuf_gaMTQ3MTc0wMzc4My4xNzQ1NDg4NjEx_ga_7147EPK006MTc0NTUwMTY0NC4xLjEuMTc0NTUwMjA5Ni4wLjAuMA.._ga_P1FPTH9PL4*MTc0NTUwMTY0NC4xLjEuMTc0NTUwMjA5Ny4wLjAuMA... Acesso em: 6 set. 2025.
- O'CONNOR, J. **The Fiscal Crisis of the State**. New York: St. Martin's Press, 1973.
- OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PAI. **Once Upon a Time: The History of Republican Support for International Family Planning and Contraception**. Autora: Lasher, C. [S.l.]: PAI, jun. 2022. Disponível em: <https://pai.org/resources/once-upon-a-time/>. Acesso em: 6 set. 2025.
- PENDEGRASS, D. C.; RAJI, M. Y. The Bitter Pill: Harvard and the History Of Birth Control. **The Harvard Crimson**, [S.l.], 2017.
- PEPE, C. S.; SAADI, A.; MOLINA, R. L. Reproductive Justice in the U.S. Immigration Detention System. **Obstetrics & Gynecology**, p. 804-808, 2023.
- PETERS, M. T. **Forgotten Women: The Involuntary Sterilization of American Indian Women During the Twentieth Century**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Union College, [S.l.], jun. 2018.

- PINCUS, G. et al. Fertility Control with Oral Medication. **Am. J. Obst. & Gynec.**, [S.l.], v. [volume], n. [número], p. [páginas], 1958.
- PLANNED PARENTHOOD. **History of Planned Parenthood**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.plannedparenthood.org/about-us/who-we-are/our-history>. Acesso em: 6 set. 2025.
- POLANYI, K. **A grande Transformação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- PRECIADO, P. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- RAHMAN, M. Escaping Accountability: ICE Forcibly Sterilizes Detainees in Detention Centers. **Human Rights Brief**, p. 147-152, 2022.
- RODRIGUEZ, J. A. Narrativas y sondeo del capitalismo-estadunidense sobre los recursos naturales de Puerto Rico (1898-1917). **Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, n. 26, 2015.
- SHAMOO, A. E. Unethical medical treatment and research in US territories. **Accountability in research**, p. 516-529, 2023.
- TORPY, S. J. Native American Women and Coerced Sterilization: On the Trail of Tears in the 1970s. **American Indian Culture and Research Journal**, p. 1-22, 2000.
- TREISMAN, R. **Whistleblower alleges medical neglect, questionable hysterectomies of ICE detainee**. NPR, 16 set. 2020. Disponível em: <https://www.npr.org/2020/09/16/913398383/whistleblower-alleges-medical-neglect-questionable-hysterectomies-of-ice-detainee>. Acesso em: 6 set. 2025.
- U.S IMMIGRATION AND CUSTOMS ENFORCEMENT. **History**. [S.l.]: ICE. Disponível em: <https://www.ice.gov/history#>. Acesso em: 6 set. 2025.
- VOGEL, L. **Marxism and the Oppression of Women**. Boston: Brill, 2013.
- .